

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano XI • Números 87/88 - Edição Especial

A perda de um líder forte e promissor



Rodrigo Garcia anuncia investimentos no Estado



#FiqueEmCasa
Desenvolvimento regional investe em 28 cidades



Webinar discute políticas públicas



As OSCs na parceria com o setor público



PRÊMIO BAND CIDADES EXCELENTES

**SUA QUALIDADE DE VIDA
IMPORTA PARA NÓS!**

**E VAMOS PREMIAR OS MUNICÍPIOS
QUE TRABALHAM PARA ISSO.**

BAND.COM.BR/CIDADESEXCELENTES

AQUILA 



BANDEIRANTES

PRESIDENTE:

FREDERICO GUIDONI SCARANELLO – Presidente
Prefeito de Campos do Jordão (2013/2016 e 2017/2020)

MARCELO FORTES BARBIERI – 1º Vice-Presidente
Prefeito de Araraquara (2009/2012 e 2013/2016)

EUGÊNIO JOSÉ ZULIANI – 2º Vice-Presidente
Vereador e Prefeito de Olímpia (2001/2008; 2009/2016 e 2018/2022)

LEANDRO LUCIANO DOS SANTOS – 3º Vice-Presidente
Prefeito de Santa Rita do Passa Quatro (2013/2016 e 2017/2020)

THALES GABRIEL FONSECA – 4º Vice-Presidente
Prefeito de Cruzeiro (2017/2020 e 2021/2024)

SECRETÁRIO GERAL:

ANTONIO CESAR GONTIJO DE ABREU – Secretário Geral
Vereador de Barretos (1992 a 1996)

SEBASTIÃO MISIARA – 1º Secretário
Vereador de Barretos (1972 a 1996)

GERALDO ANTONIO VINHOLI – 2º Secretário
Deputado Estadual e Prefeito de Catanduva
(1999/2002; 2003/2006 e 2013/2016)

JEFERSON MODESTO SILVA – 3º Secretário
Vereador de Itapeva (2013/2016 e 2017/2020)

TESOUREIRO GERAL:

AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA – Tesoureiro Geral
Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista
(1983 a 1992; 1993/1996 e 2017/2020)

FERNANDO GALVÃO MOURA – 1º Tesoureiro
Prefeito de Bebedouro (2013/2016 e 2017/2020)

OSCAR GOZZI – 2º Tesoureiro
Prefeito de Tarumã (2017/2020 e 2021/2024)

PAULA OLIVEIRA LEMOS – 3ª Tesoureira
Vereadora e Prefeita de Barretos (2013/2016; 2017/2020 e 2021/2024)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

ANA LÚCIA BILARD SICHERLE – Membro da Comissão de Sindicância
Prefeita de São Luiz do Paraitinga (2009/2012; 2017/2020 e 2021/2024)

JOÃO EMILIO BUZZO – Membro da Comissão de Sindicância
Prefeito de Mendonça (1989/1992 e 1997/2000)

JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Membro da Comissão de Sindicância
Prefeito de Aparecida (2001/2004 e 2005/2008)

CONSELHO FISCAL

CLODOMIRO CORREIA DE TOLEDO JUNIOR – Membro do Conselho Fiscal
Prefeito de Santo Antônio do Pinhal (2013/2016 e 2017/2020)

FERNANDO FIORI DE GODOY – Membro do Conselho Fiscal
Prefeito de Holambra (2013/2016 e 2017/2020)

WALDEMAR JUNQUEIRA FERREIRA NETO – Membro do Conselho Fiscal
Vereador e Prefeito de Aguas da Prata (1993/1996 e 1997/2000)

CONSELHO DELIBERATIVO

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO – Presidente do Conselho Deliberativo
Vereador e Vice-Prefeito de Campinas (1983 a 1988 e 1997/2000)

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROSA – Vice-Presidente do Conselho Deliberativo
Vereadora e Prefeita de São João da Boa Vista (2000/2008 e 2021/2024)

JOSÉ MAURO DEDEMO ORLANDINI – Secretário do Conselho Deliberativo
Prefeito de Bertioga (1993/1996; 2009/2012 e 2013/2016)

**REVISTA MUNICÍPIOS DE
SÃO PAULO**

Edição Especial 87/88
Publicada em
30 de julho de 2021

CONSELHO EDITORIAL

Fred Guidoni
Carlos Cruz
Aquevirque Nholla

**EDITOR E JORNALISTA
RESPONSÁVEL**

Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula P. de Moraes

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e núme-
ros atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expres- sam apenas o pensamento dos autores, não representando neces- sariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Lado a lado, escrevendo a história

Está chegando em suas mãos uma edição especial da Revista Municípios de São Paulo, produzida pela Associação Paulista de Municípios. Atravessamos um momento difícil e complexo da nossa história, vivenciando uma crise de saúde nunca antes enfrentada. Mas sabemos que é junto com os gestores municipais, que reside a força e a esperança de melhorar a vida de todos os cidadãos, nos 645 municípios paulistas. Nós da Associação Paulista de Municípios sabemos que não haverá crescimento econômico sem o fortalecimento do protagonismo das cidades no sistema público-administrativo-jurídico e econômico. Por isso trabalhamos ao lado de cada uma das lideranças municipais para construirmos uma Federação justa que permita a implementação de políticas públicas que correspondam às necessidades de nosso povo. A história do movimento municipalista é permeada de lutas nos três Poderes e de conquistas que vêm transformando as nossas cidades. Mas isso só é possível em virtude da união dos gestores, que fazem ecoar as reivindicações dos Municípios junto aos demais entes Federativos. A APM, ao longo de décadas, vem mostrando esse poder de mobilização e a força dos



Fred Guidoni
Presidente da APM

líderes municipalistas nos grandes debates realizados no país. Nosso compromisso é o de continuar esse importante trabalho e efetivar a cada dia novas conquistas que fortaleçam a boa gestão pública municipal melhorando a qualidade de vida das pessoas. Entendemos que esse trabalho se dá pela atuação política-institucional, mas também pela capacitação de novos gestores e servidores das administrações locais. Por isso, além de nossos tradicionais congressos, promovemos encontros mensais para levar informação e conhecimento aos gestores, secretários municipais e servidores públicos, tratando de temas fundamentais e inovadores. Além disto, ainda atuamos na construção de

pontes, valorizamos as parcerias com os órgãos de governo, a sociedade civil organizada e também com a iniciativa privada, tudo para criar ecossistemas produtivos, inovadores e democráticos em todas as cidades paulistas.

Temos ao dispor das prefeituras, em nossa sede em São Paulo, orientações técnicas e ferramentas para subsidiar no diagnóstico, no planejamento e na execução das políticas públicas em geral.

Nossas portas estão sempre abertas para acolher e junto dos associados oferecer soluções práticas que melhorem os indicadores das cidades e a qualidade de vidas das pessoas. Além disso, estamos focados em disseminar as boas práticas de gestão, e melhores projetos que podem ser replicadas em todos os municípios e compartilhados entre todos como forma de solução prática de problemas locais. Aquilo que deu certo em uma cidade pode ser compartilhado, conhecido e adaptado para funcionar em outra.

A nossa maior alegria é tê-los ao nosso lado, escrevendo a história dos municípios paulistas e lutando juntos para que as pautas que transformam vidas, se tornem realidade.

Um abraço e boa leitura

Fred Guidoni
Presidente da APM

Mensagem aos Prefeitos

Ao final do Estado Novo (ditadura Vargas), período em que os Legislativos (municipal, estaduais e federal) estiveram fechados, tivemos uma Assembleia Nacional Constituinte onde, na nova Constituição, voltamos à normalidade democrática. Nesse período de exceção, os Executivos governavam por Decretos. Com a volta do poder tripartido, a partir de 1946, surgiu uma incerteza, principalmente nos municípios, de como seria a relação harmônica mas independente entre os poderes. Para auxiliá-los nessa nova realidade, surgiu em São Paulo um MOVIMENTO intitulado BANDEIRA PAULISTA, que percorreu o Estado, orientando Prefeitos e Vereadores nessa nova realidade democrática. Foi tão bem sucedida a iniciativa, que em 30 de outubro de 1948 o movimento foi oficializado, com a fundação da APM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS que, a partir de então, passou a ser a legítima representante do Municipalismo no Estado e defensora de seus interesses, sempre que eles digam respeito aos interesses coletivos, isto é, seus efeitos atinjam a todos indistintamente. Assim tem sido a vocação e atuação da APM ao longo desses quase 73 anos de atividades ininterruptas, com conquistas memoráveis e vitórias retumbantes, como a reforma tributária dos anos 80, que deu visibilidade ao então Presidente da APM, Orestes Quêrcia, que se elegeu Governador graças à sua proposta e discurso municipalistas. O reconhecimento dos Municípios como entes federados, originando o Pacto Federativo, a criação da Constituinte Municipal (até então, em cada Estado, havia apenas uma Lei Orgânica dos Municípios, aprovada nas Assembleias Legislativas), foram vitórias definitivas do movimento

municipalista na Constituição cidadã. Temos hoje uma organização respeitada nacionalmente, tanto no Governo Federal como no Congresso Nacional, comandada pela CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, cujo Presidente, Paulo Ziulkoski, coordena seu Conselho Político, formada por sua Diretoria e os Presidentes das entidades Estaduais; No nosso caso, o Presidente da APM, Fred Guidoni, Conselho Político da CNM, da qual fazemos parte, cuida, detalhadamente, da tramitação de vasta produção legislativa de matéria de interesse dos municípios, além de propor matérias que atendam também seus interesses, interagindo em todas as esferas do poder federal em suas articulações, e quando se transformam em Leis e benefícios aos municípios, TODOS, indistintamente, se beneficiam delas. No âmbito estadual, a APM interage na observação e atuação junto à Assembleia Legislativa, monitorando a tramitação de matérias de interesse dos Municípios, como também junto ao Executivo, acompanhando as ações do Governo e reivindicando em favor dos interesses municipalistas. Vale lembrar que a APM, com seus 73 anos e as atividades que exerce, mantém estrutura não só para cumprir com seus propósitos, como também para dar aos Prefeitos, Vice Prefeitos e Vereadores, um local, a CASA DOS MUNICÍPIOS, sede da APM, com todas as condições para cumprir seus compromissos quando estiverem na Capital, que para se manter, tem um orçamento para enfrentar seus custos. Nesse sentido e ao longo destas seis décadas completas, conta com a contribuição coletiva, caracterizada pelo pagamento, pelos municípios, de ANUIDADE, cujo valor é irrisório, em razão da premissa da escala, onde todos pagam pouco, mas forma uma arrecadação que contempla as despesas previstas em seu orçamento. Enfrentamos tempos difíceis, com a



Carlos Cruz, presidente do Conselho Deliberativo da APM

pandemia causando danos graves às gestões municipais, mas lembramos que as medidas de socorro aos municípios, todos foram conquistados pela atuação do movimento. Caros Prefeitos, digo tudo isso, porque temos tido dificuldades em receber as anuidades, o que nos traz sérios problemas e dificuldades para cumprirmos nosso papel. Tenho acompanhado de perto, como Presidente do Conselho Deliberativo, o empenho e dedicação do Presidente Fred Guidoni em sua luta para manter nossa APM em atividade plena, participando tanto da vida política Estadual como Federal no Conselho Político da CNM, mas vejo e percebo sua extrema dificuldade em administrar, em razão da escassa arrecadação das anuidades. Há quase quarenta anos militando no movimento municipalista e participado de todas suas lutas e conquistas neste período, já tendo presidido a APM durante fase de extrema valorização da entidade e do movimento, experimentada durante o Governo Geraldo Alckmin, e sendo, como já disse, Presidente do Conselho Deliberativo, sinto-me legitimado para apelar aos Prefeitos para que façam sua parte, contribuindo para o engrandecimento da causa e na busca de novas conquistas e vitórias, reconhecendo assim sua relevância e importância, pagando suas anuidades.



Para cada edição que fazemos o Giro Municipal, procuro ver os assuntos em andamento nas cidades. Recebo informações também de prefeitos e vereadores em contatos diretos ou por zap e telefone. É muito gratificante saber que a vida está retomando ao mais próximo do normal.

Porém, numa pesquisa pelos sites das prefeituras, a tônica geral, o tema predominante, ainda é a Covid 19, a pandemia que a história da humanidade jamais esquecerá. É possível notar que a alternativa mais viável é a vacina, como meio de neutralizar a propagação do vírus. Por isso, faço um apelo aos prefeitos e agentes políticos: incentivem a vacinação. Esclareçam suas comunidades. Este é o único caminho para o novo normal daqui para a frente.

Itupeva

Obras

O vice-prefeito e secretário de Governo de Itupeva, Alexandre Mustafa, esteve no Palácio dos Bandeirantes, em reuniões com o secretário Marco Vinholi para solicitar várias obras, como a construção da Sede da Escola Técnica Estadual, numa área total de 20.085,90 m². O secretário Vinholi visitou recentemente Itupeva, ocasião em que foi autorizada a liberação de recursos para via Akzo Nobel, obra que já está quase concluída.

Jales

Museu Histórico

Foi inaugurado o Museu Histórico de Jales “Armando Pereira da Silva”, com mais de 400 peças catalogadas nos últimos seis. O prefeito Luis Henrique Moreira ressaltou a importância de resgatar e preservar a memória de Jales e de quem fez parte da história da cidade por meio da abertura do Museu, um dos cartões postais de Jales, que hoje é Município de interesse Turístico. O Museu Histórico funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30.

Ipuã

Conselho da Juventude

Dia 15 de julho foi realizada no gabinete da Prefeitura Municipal a primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude. Juntamente com o secretário Estadual da Juventude, Luiz Oliveira, foram apresentados os conselheiros e, ocorreu a votação para nomeação do novo conselho. Além disso, foram apresentadas sugestões para as pautas da próxima reunião e também discutida a finalidade do conselho e a importância de cada membro.

Guariba

Risco de queimadas

Por causa dos riscos, a Prefeitura de Guariba informa que é proibida a realização de queimadas para limpeza de terrenos e a incineração de lixo de qualquer natureza em lotes urbanos do município. Por conta do tempo seco, os incêndios tem sido cada vez mais frequentes. Além disso, a Brigada de Incêndio tem recebido muitas denúncias falsas, que prejudicam o trabalho da equipe, já que incêndios verdadeiros podem não ser apagados por perda de tempo com alarmes fake.

Araras

Ônibus

O Serviço Municipal de Transportes Coletivos de Araras passou a oferecer ônibus até a meia-noite. De acordo com a Autarquia, irão sair do Terminal Urbano sete itinerários para todas as regiões da cidade, às 23h30, com previsão de retorno à meia-noite. Anteriormente, o último horário de circulação dos coletivos era até às 22h30. O presidente Executivo do TCA, Jonas Filho, explicou que além da extensão dos horários, o TCA criou linhas adicionais para os bairros Parque das Árvores, às 16h, e José Ometto, às 18h, saindo do Terminal.

Ibiúna

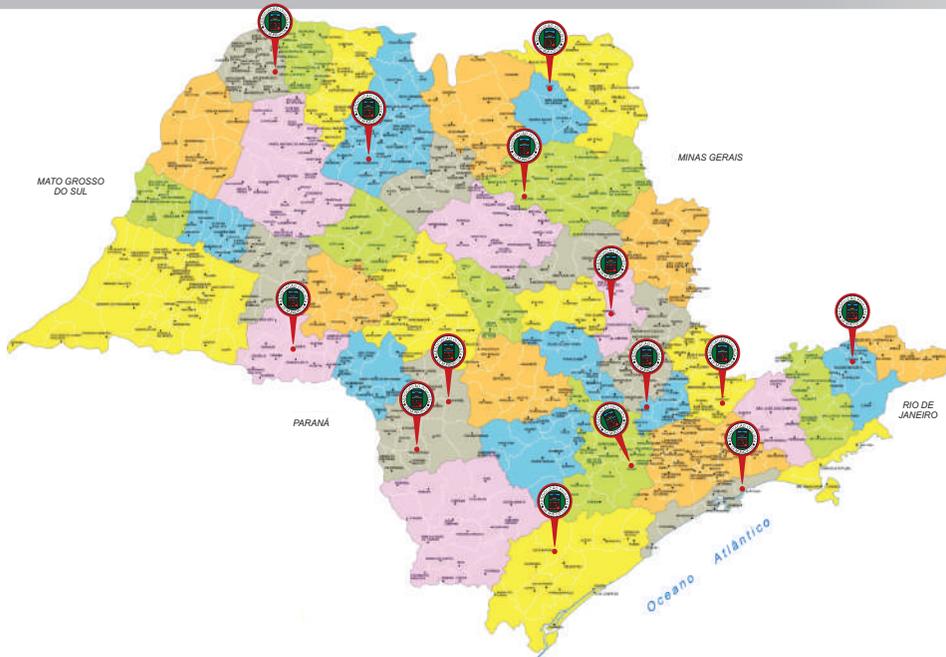
Obras retomadas

O prefeito de Ibiúna, Paulo Sasaki esteve no Palácio dos Bandeirantes e conseguiu resgatar convênios de diversas obras que estavam paradas, desde 2017. “Sabe aquelas placas espalhadas pela cidade informando benfeitorias, mas que as obras estão paralisadas ou nem começaram. Vamos retomar todas elas”, prometeu o prefeito Sasaki.

Taquarituba

Novo asfalto

A rua Marechal Floriano Peixoto passa pela segunda fase do Programa Novo Asfalto, de Taquarituba. Nesta etapa, estão sendo realizadas a reforma do meio-fio e a remoção das lajotas, como parte do preparo para que a via possa receber a pavimentação asfáltica. Em função disso, alguns trechos estão interditados, incluindo travessas, o que causa um pouco de transtornos para motoristas. Por isso, a Prefeitura emitiu comunicado em seu site, salientando que conta com a compreensão de todos neste momento.



Assis

Feira agroecológica

A cidade de Assis ganhou a Feira Agroecológica, aos sábados das 8h às 12h, na Praça Arlindo Luz. Realizada pela Associação dos Produtores Orgânicos, conta com 10 barracas, onde são comercializadas verduras, legumes e produtos artesanais, livres de agrotóxicos e outros produtos químicos. Para o prefeito José Fernandes, essa iniciativa incentiva os pequenos produtores rurais de Assis a produzirem produtos saudáveis e de qualidade para os munícipes.

Lorena

Verba para saúde

Em reunião com o prefeito Sylvio Ballerini e com o vereador Mauro Fradique, o deputado estadual Jorge Caruso anunciou a liberação de uma verba do Governo do Estado no valor de R\$ 150 mil, destinada à saúde do município de Lorena. Esse recurso servirá para o custeio, principalmente, das ações de combate à Covid-19. A Prefeitura de Lorena agradece ao deputado e também ao vereador Mauro Fradique, que foi o solicitante dessa verba.

Piracaia

Prêmio

Piracaia recebeu o prêmio Juntos Pela Cultura 2021, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, por cultivar o desenvolvimento, incentivo cultural e por participar de inúmeros projetos desenvolvidos pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Estiveram presentes ao lado do governador João Dória (PSDB), o vice-prefeito, Rogério Nascimento e também a diretora do Departamento de Cultura, Márcia Regina Zago.

José Bonifácio

Abertura de rua

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio irá realizar obras para abertura de uma rua fazendo a ligação do bairro Residencial Monseñor Ângelo Angione com a Avenida Miguel Brandão dos Reis. A obra será viabilizada através de Parceria Público Privado. Segundo a Prefeitura, esta obra tem enorme importância para os moradores do bairro, pois haverá mais vias de acesso e facilitará o trânsito entre ruas e bairros do município.

Bertioga

Treinamento

Os agentes da ativa da Guarda Civil Municipal de Bertioga participaram de instrução no estande de tiro da Base Aérea de Santos. A capacitação acontece anualmente para aprimorar a segurança pública e da população. As instruções sobre manuseio de arma de fogo são exigências da Polícia Federal e incluem aulas sobre direito penal, lei de entorpecente, uso de cassetete e algema, defesa pessoal, ética, postura, condicionamento físico, entre outras funções da GCM.

Sete Barras

Revitalização

O prefeito Dean Martins autorizou o início das obras de revitalização do antigo porto do Rio Ribeira de Iguape, em Sete Barras. A obra tem por objetivo restaurar um dos mais antigos pontos do município e criar um novo atrativo turístico de contemplação do Rio Ribeira de Iguape. “Vamos melhorar o Porto, para que a população possa desfrutar deste espaço da cidade, recuperar a história e a cultura do município, e assim, beneficiar toda população e nossos visitantes”, afirma o prefeito.

Avaré

Cartilha

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Avaré disponibilizou uma cartilha on-line sobre arborização urbana. O material traz informações sobre espécies adequadas para o plantio em calçadas, esclarece dúvidas sobre podas e aborda a importância da arborização para a qualidade de vida e a criação de um ambiente sustentável, entre outros pontos. O documento está disponível no site avare.sp.gov.br.

Adeus a **Bruno Covas**

Por Flávio Lamas

Amanhecia o domingo do dia 16 de maio, quando o Brasil perdeu um talento político com carreira promissora pela frente: Bruno Covas, aos 41 anos, prefeito da maior cidade da América Latina, São Paulo, não resistiu a um câncer diagnosticado em 2019. Batalhador, lutou até o final, deixando uma lacuna que dificilmente será substituída, pelo seu jeito conciliador e afável de resolver problemas.

Nascido em Santos, no litoral paulista, em 7 abril de 1980, Covas era filho de Pedro Lopes, engenheiro da Autoridade Portuária de Santos, e Renata Covas, a única filha mulher de Mário e Lila Covas. Era o neto favorito de Mário Covas, que foi prefeito da capital na década de 1980 e governador do Estado entre 1995 e 2001.

Aos 14 anos, Bruno Covas deixou o litoral e foi morar na cidade de São Paulo com o avô, no Palácio dos Bandeirantes, sede oficial do governo paulista.

Iniciou a carreira política em 2004, quando se candidatou a vice-prefeito de Santos, mas sentiu o gosto da vitória nas urnas pela primeira vez aos 26 anos, como deputado estadual. Foi

reeleito aos 30 anos. Depois, assumiu o cargo de secretário Estadual do Meio Ambiente na gestão Geraldo Alckmin e, em 2014, venceu a eleição para deputado federal.

Porém, Bruno Covas não completou o mandato como deputado federal, pois voltou a São Paulo e se candidatou a vice-prefeito na chapa de João Dória, em 2016. A dupla venceu no primeiro turno.

Bruno assumiu a Prefeitura de São Paulo em abril de 2018, quando Dória deixou o cargo para se candidatar ao governo do Estado.

Em 19 de outubro de 2019, o prefeito foi diagnosticado com erisipela, uma infecção na pele. Medicado, acabou liberado, mas, uma semana depois, foi internado. A infecção havia evoluído para trombose venosa profunda (coágulos) na perna direita. De lá para cá, a doença evoluiu e, apesar de todos os procedimentos, ele não resistiu.

Em julho de 2018, Bruno Covas concedeu uma longa entrevista à Revista Municípios, da APM, em que abordou vários temas. Nas próximas páginas, reproduzimos trechos desta entrevista especial.

 **Entrevista**

Novo no cargo, mas experiente

Se alguém entrar em uma padaria da capital e encontrar um rapaz de 38 anos, cabeça raspada, com barba e bigode, tomando um café, dificilmente vai imaginar que está na frente do chefe do Executivo mais jovem que São Paulo já teve desde a redemocratização do país e responsável direto pela administração da Prefeitura da maior cidade da América Latina, com 1.521 quilômetros quadrados e mais de 12 milhões de habitantes. Esse rapaz é Bruno Covas Lopes, ou simplesmente Bruno Covas, a quem cabe gerir um orçamento de R\$ 56 bilhões, depois de assumir o cargo com a desincompatibilização do prefeito João Dória, que deixou o posto para disputar o Governo de São Paulo. “Só mudou o piloto, o voo é o mesmo”, diz ele. Bruno Covas, como vice, já estava preparado para assumir.

08 | Revista Municípios de São Paulo

Qual o principal desafio numa metrópole como SP?

A cidade tem um plano de metas, inclusive aprovado pela Câmara Municipal, que é o nosso norte. É isso que está dirigindo essa gestão. Não é uma questão pessoal nem uma vaidade pessoal, foi pactuado com a população e minha meta é cumprir. Agora, quando me perguntam quais são minhas prioridades, digo sempre que, até pela minha formação, meus olhos estarão sempre mais voltados para a área social. Adoro política, é isso o que eu quero para a minha vida, enquanto eu puder fazer, enquanto o povo me deixar, é exatamente isso que me anima, é



Primeiro porque nesses dois anos ocupou várias vezes o posto e, segundo, porque política está no sangue. Neto do ex-governador Mário Covas, seguiu os caminhos que a política traçou. Quem o conhece bem diz que seu estilo é falar baixo, mas sem o acanhamento do início da carreira como deputado estadual.

Aliás, está diferente não só nisso: mudou o visual, perdeu peso e é frequentador assíduo de academia.

Formou-se em Direito e Economia, chegou a fazer estágio em dois escritórios de advocacia, trabalhou na área tributária após formado e deu aulas de Direito em Santos. Aos 26 anos, elegeu-se deputado estadual. Em 2010, foi reeleito como o mais votado no Estado e, em 2014, chegou à Câmara dos Deputados. Escalado pelo governador Geraldo Alckmin para a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ficou pouco em Brasília. Sempre revelou um carinho especial por duas áreas quando exerceu cargos legislativos, os direitos humanos e a juventude.

Na experiência como secretário do Meio Ambiente, descortinou um novo horizonte, enfrentando uma demanda moderna e essencial: buscou garantir preservação e crescimento sustentável. Criou novas unidades de conservação, aumentou o número de áreas verdes e implantou novos padrões de qualidade do ar. Desenvolveu, ainda, ações destinadas ao bem estar animal e campanhas de conscientização contra abandono de animais domésticos.

Bruno Covas é o entrevistado especial desta edição.

Revista Municípios de São Paulo | 07

exatamente poder diminuir os problemas sociais, levar o mínimo de dignidade, de vida, para aquelas pessoas que são mais necessitadas. É para isso que eu faço política, é isso o que eu acredito. E acredito que através da política a gente pode, sim, mudar a nossa realidade.

É inevitável fazer comparação de sua idade, 38 anos, com a questão de sua experiência. Isso o preocupa?

Não. Eu costumo dizer que não foi a cegonha que me trouxe, foi um tucano. Porque desde criança que eu vejo fazer política, desde muito jovem acompanhei, no dia a dia, meu avô Mário Covas. Eu

nasci em Santos, vim para São Paulo para estudar e fui morar no Palácio dos Bandeirantes com meu avô, que era governador. Estudei Direito na USP e Economia na PUC. Escolhi essas carreiras pensando em seguir a vida pública. Tive meu primeiro mandato como deputado estadual em 2006, com 26 anos de idade. De 2007 a 2010, fui considerado o deputado mais atuante da Assembleia Legislativa, pelo movimento Voto Consciente, e fui reeleito em 2010 com 239.150 votos, sendo o deputado mais votado do estado naquela eleição.

Depois disso o senhor passou

por uma experiência importante, como secretário de Estado.

O governador Geraldo Alckmin me convidou para que eu fosse secretário de Meio Ambiente, cargo que assumi dia 1º de janeiro de 2011 e sai em 2014, quando me licenciei para ser candidato a deputado federal. Fui eleito deputado federal com 350.708 votos, sendo o quinto mais votado do país.

E então surgiu a oportunidade de disputar a Prefeitura de SP como candidato a vice.

Exato. Em 2016, o João Doria me convidou para ser vice dele na chapa, na disputa pela Prefeitura de São Paulo. Acabei topando o desafio, saímos de 3%, terminamos aquela eleição com 53%, sendo a primeira vez que um candidato é eleito em primeiro turno desde que o instituto do segundo turno foi criado na cidade de São Paulo. Isso tudo me credencia para o cargo que atualmente ocupo.

Além da idade, tem também o sobrenome. Covas é uma referência na política brasileira e de certa forma as pessoas esperam posicionamentos parecidos. É realmente assim?

Eu acho que a comparação sempre vai ser desfavorável a mim. Ele foi um excelente senador, governador, prefeito. Até hoje por onde eu passo as pessoas lembram. Dizem: “olha, ele veio colocar aqui esta guia, ele veio asfaltar essa rua, ele veio inaugurar esse posto, ele veio tomar café na minha casa”, enfim. O que eu ouço de histórias dele não tem fim. Mas, ao mesmo tempo, é um peso que é muito leve, que as pessoas têm um carinho comigo muito grande. Num país onde se diz que rei morto é



rei posto, num país onde ser político é tudo o que há de pior na face da Terra, as pessoas têm um carinho por ele. E, olha, a gente já está há 17 anos do seu falecimento. É incrível as pessoas terem tão viva a presença dele, em especial na cidade de São Paulo, a cidade que ele foi prefeito de 83 a 85.

Essa sintonia é muito marcante, não é?

As pessoas me recebem, enfim, sempre com um gesto muito mais afável, carinhoso. Acham que me abraçando estão abraçando ele, algo que é muito prazeroso para mim, que sou da família.

Assumir o cargo de prefeito não foi propriamente uma novidade. Nesta gestão o senhor já tinha ocupado por 30 vezes, na interinidade do titular. Agora, como prefeito, pretende implementar mudanças?

Venho dizendo que mudou o piloto, mas será mantido o rumo, será mantida a direção, será mantido o voo. Exatamente isso que a gente vem fazendo, a população lá na ponta não sentiu nenhuma alteração nas propostas, nas iniciativas, nos projetos que já estavam em andamento desde o início dessa gestão, em 2017 e continuaram a ser executados. Não se trata de uma nova gestão, não se trata de um novo governo, é o mesmo governo com as metas propostas, ideias que foram pactuadas pela população na eleição de 2016.

É que seria natural se o senhor tentasse colocar um ritmo mais seu.

Olha, todos os compromissos de campanha assumidos pelo João Doria são meus compromissos,

porque eu estava na mesma chapa. É claro, não tem como a gente querer fazer igual, acho que cada um tem o seu estilo, cada um tem o seu jeito, sua visão de mundo. Eu tenho tentado me dedicar ainda mais às questões sociais.

Prefeito, muitos outros prefeitos devem ter curiosidade de saber como o senhor consegue administrar o tempo para enfrentar tantos problemas. Delegar é a melhor alternativa?

Não sou centralizador, mas faço questão de acompanhar com muita atenção tudo que está acontecendo. E, como me cerquei de uma equipe competente, trabalhamos em equipe e tudo tem dado certo. Mas é muito trabalho.

Se em qualquer cidade existem cobranças e críticas, em São Paulo a proporção é a mesma pelo tamanho do município?

Acho natural que a população queira saber e cobrar sobre as questões que afetam sua vida. Querem saber de questões de macroeconomia, inflação, como é que está a taxa de desemprego, mas querem saber também questões locais. Como é que está funcionando a sua UBS, como é que está funcionando o seu posto de saúde, a escola do seu filho, questões que envolvem a sua comunidade, o seu bairro, o seu distrito. Nossa obrigação é prestar contas de tudo.

Como liderança e administrador da maior cidade da América Latina, qual mudança na legislação é essencial para permitir aos municípios enfrentarem as demandas da sociedade?

No nosso caso, acho importantíssima uma reforma do sistema

previdenciário municipal. Para se ter uma ideia, se nada for feito, já a partir do ano que vem 100% do que for arrecado com IPTU será utilizado para pagar a aposentadoria dos servidores municipais. Isso inviabiliza investimentos que poderiam melhorar a vida da maioria da população da cidade. Acho também que é sempre importante a gente repensar o pacto federativo e o aumento de mais recursos para os municípios.

A distribuição dos impostos entre os entes da federação revelam injustiça no Brasil. A menor parte cabe aos municípios. Qual a distribuição seria ideal?

É importante o aumento de mais recursos para os municípios, hoje concentrados no governo federal, no governo do Estado. Essa é uma discussão que há tempos vem sendo feita no Congresso Nacional. Os problemas estão nos municípios, já dizia o saudoso Franco Montoro. A pessoa não vive na União, não vive no Estado, vive no município. Então, esse tema precisa estar em pauta para avançar nesta questão tão importante para o país.

Agora um pouco sobre política: embora ainda tenha muito mandato como prefeito pela frente, o senhor pensa em um dia disputar o governo do Estado ou mesmo a Presidência do País?

Qual político que não pensa em ocupar cargos importantes? Mas, neste momento, estou completamente voltado para fazer uma boa gestão frente à cidade de São Paulo, para honrar os votos daqueles que confiaram no nosso projeto e nos deram a vitória já no primeiro turno, em 2016.

Desenvolvimento Regional investe R\$ 13,2 milhões em 28 cidades

Investimento atenderá demandas urgentes da população, como recapeamento urbano

A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) iniciou o mês de julho com novos investimentos para a infraestrutura urbana paulista. Por meio da Subsecretaria de Convênio com Municípios e Entidades Não Governamentais, a Pasta repassou, somente no dia 9 de julho, R\$ 13,2 milhões para melhoria da infraestrutura urbana de 28 municípios.

“Entre os nossos muitos desafios, atender as demandas mais urgentes do dia a dia da população é dos mais relevantes. Iniciamos julho investindo mais recursos na melhoria da infraestrutura urbana de São Paulo e será assim por todo o ano de 2021”, afirmou o Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

O investimento destinado a obras de infraestrutura urbana atenderá diversas demandas urgentes da população local, com a recapeamento asfáltico, reforma de centros comunitários, construção de cozinhas piloto, aquisição de equipamentos, dentre outros.

Os municípios contemplados no dia 9 foram: Angatuba, Bofete, Braúna, Caiabú, Cássia dos Coqueiros, Conchas, Cruzeiro, Estrela do Norte, Ferraz de Vasconcelos, General Salgado, Icem, Igarapava, Irapuru, Itapeverica da Serra, Jaguariúna, Jquitiba, Mirandópolis, Paraibuna, Pedranópolis, Pindorama, Rinópolis, Santos, São José do Barreiro, São Sebastião, São Vicente, Serrana, Sertãozinho e Taquarivai.



Marco Vinholi, secretário de Desenvolvimento Regional

Entre os pagamentos efetuados, vale destacar R\$ 7,1 milhões referentes à última parcela do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Santos, para obras de contenção de encostas no Morro São Bento. O repasse faz parte das obras emergenciais em Santos, Guarujá e São Vicente, cidades da Baixada Santista que sofreram com fortes chuvas, em março de 2020. Os convênios firmados com Guarujá e São Vicente continuam vigentes.

Outro importante repasse vai para o município de Cruzeiro, na região do Vale do Paraíba. O montante de R\$ 222 mil é referente à 2ª parcela de convênio destinado a execução de 3.280,52 m² de pavimentação em diversas vias do

município.

“Esses são repasses fundamentais para atender as diversas demandas dos municípios. Seguimos trabalhando para melhorar a qualidade de vida da população paulista”, concluiu o Secretário Vinholi.

Mais investimentos em 2021

A Subsecretaria de Convênios com Municípios registrou que, em 2021, municípios de todas as 16 Regiões Administrativas do estado foram contempladas com recursos para obras de infraestrutura urbana. O valor liberado pelo Estado em 2021 já é superior ao investido no mesmo período nos dois anos anteriores. No primeiro semestre de 2019, a SDR repassou R\$ 121,8 milhões; em R\$ 2020, foram R\$ 138,7 milhões. Até junho de 2021, os repasses alcançaram R\$ 191 milhões. Somados a valor presente, já foram investidos R\$ 204 milhões.

“Embora ainda enfrentemos um momento delicado da pandemia, neste ano recebemos o orçamento anual antecipado, o que possibilitou à Secretaria de Desenvolvimento Regional liberar o pagamento para os municípios com convênios em andamento, além de melhor planejar os convênios a serem assinados. Ao longo desse ano, vamos continuar investindo na infraestrutura dos municípios”, disse a Subsecretária de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais, Ivani Vicentini.



Investimento/Reunião com prefeitos

Rodrigo Garcia anuncia investimentos de R\$ 21 bi no Estado de São Paulo

Parte deste recurso vai para as estradas vicinais e outras obras de infraestrutura. Já são 150 estradas em licitação e o número deve dobrar no segundo semestre

O anúncio aconteceu durante encontro virtual com os prefeitos paulistas promovido pela Associação Paulista de Municípios (APM) em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, por meio das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Regional e Governo, no dia 17 de Abril. O encontro contou também com a presença do Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional Marco Vinholi, do Secre-

tário de Estado de Saúde Jean Gorinchteyn, do Presidente da APM, Fred Guidoni e os prefeitos e prefeitas do Estado.

Na abertura, Fred Guidoni enalteceu a importância da parceria dos municípios com o governo do estado, em especial neste momento crítico que o país atravessa por conta da pandemia da Covid-19. “Quero fazer um destaque aos gestores municipais que têm tido uma cora-

gem histórica no combate ao coronavírus, lembrando que é nas cidades que essa guerra acontece. Que nós possamos aprender e avançar juntos, principalmente com o apoio fundamental e importante do governo do estado de São Paulo, que lutou demais para que nós tivéssemos uma vacina que hoje responde por 85% da cobertura no país.”

O vice-governador também res-



saltou a importância dos municípios e lembrou que enquanto o PIB brasileiro teve índice negativo de 4,5 pontos percentuais, o PIB paulista cresceu 0,4%. “Isto não é obra do acaso. É a somatória dos esforços feitos pelo Governador João Doria, com o Plano de Retomada Econômica, inteligente, regionalizado e com a adesão dos prefeitos paulistas, que nos leva a este resultado”, disse o vice-governador.

O secretário de saúde Jean Gorinchteyn reforçou aos prefeitos a necessidade de aplicação rápida da vacina e o correto preenchimento no sistema, para que o Estado possa acompanhar as doses que foram aplicadas e quantas faltam para completar a vacinação de um determinado grupo, enviando a cada município as doses corretas.

O Secretário de Desenvolvimento Regional Marco Vinholi lembrou que a Constituição Brasileira colocou o município no centro das decisões, algo que no Estado de São Paulo, historicamente, é uma tradição sólida e que vem sendo fortalecida pelo governador João Doria.

“Tenho orgulho do trabalho dos prefeitos. Todos fizeram o melhor

possível, em conjunto. E agora vamos colher os frutos deste trabalho, com investimento nos municípios, nas vicinais. Em 2021 e 2022 vamos viver um momento de ouro no Estado de São Paulo”, disse o secretário Vinholi.

O vice-governador lembrou o momento inédito que os gestores estão vivendo, no enfrentamento da pandemia e se mostrou orgulhoso. “Eu sinto que São Paulo pautou o país nas medidas de quarentena e agora salva o país, com as vacinas”.

Investimentos

O vice-governador lembrou que em 2019, 97% das despesas do Estado estavam vinculadas em ações obrigatórias. Naquele ano, o orçamento dispunha de R\$ 4 bilhões em investimento. Para mudar o quadro, o governo fez a Reforma da Previdência e Administrativa, novas concessões e chega agora, em 2021, com a possibilidade de fazer R\$ 21 bilhões em investimento em ações que visam melhor a qualidade de vida das pessoas. Ele destacou, inclusive, o programa de investimento rodoviário, com a retomada da manutenção de estradas e nas vicinais.

Rodrigo Garcia também citou o programa Bolsa do Povo, que está na Assembleia Legislativa. O programa unifica as ações já existentes, amplia e abre a possibilidade de novos programas, incluindo o das Frentes de Trabalho que deverá ser ampliado. “Nós queremos elevar os valores pagos nestas frentes que é de R\$ 310,00, para no mínimo R\$ 450,00, mas queremos chegar a R\$ 510,00. Vamos destinar R\$ 1 bilhão para este projeto”, explicou.

Além disso, o vice-governador apontou para os investimentos em programas de desenvolvimento regional como o Vale do Futuro, no Vale do Ribeira; o Pontal 2030, no



Encontro Virtual com Rodrigo Garcia, Marco Vinholi, Fred Guidoni e Jean Gorinchteyn



Rodrigo Garcia, vice-governador do Estado de São Paulo

Pontal do Paranapanema; o Vale Histórico, no Vale do Paraíba que, segundo ele, são programas com olhar bastante amplo com articulação das prefeituras com o estado, que são comandados pelo secretário Vinholi, na Secretaria de Desenvolvimento Regional, especialmente pelo Programa Parceria Municipais.

Desafios da Gestão 2021

Outro ponto da reunião foi a explanação da Macroplan sobre o Programa Desafios da Gestão Municipal. Feita pelo sócio-diretor da empresa Gláucio Neves, que apresentou dados para ajudar os prefeitos a pensarem para além da pandemia.

“Estamos diante de um cenário desafiador. Temos uma sociedade cada vez mais exigente e impaciente. Estudos nossos revelam que mais de 80% dos brasileiros estão insatisfeitos com os serviços realizados pelo poder público”, afirmou Neves.

O Projeto DGM 2021, consiste numa plataforma de análise de dados para melhoria da gestão das 100 maiores cidades brasileiras. Trata-se de um estudo realizado anu-

almente, que traz indicadores em quatro áreas: Saneamento e sustentabilidade, Segurança, Educação e Saúde, e constituem uma ferramenta importante para identificar os pontos fortes e deficitários dos municípios e nortear ações para enfrentá-las.

Ele apontou que o cenário atual é de fragilidade financeira, que demanda mais gastos e com uma redução estrutural dos recursos financeiros. Todo este cenário está dentro de um contexto das grandes mudanças aceleradas da sociedade. Esta nova sociedade nascente é mais digital, mais conectada, com novos hábitos de consumo e também mais longa o que implica em novas demandas e desafios.

Estudo feito pela Macroplan revela que 58% dos municípios tiveram redução de receitas próprias; 56% tiveram aumento de despesas e a maioria dos municípios algum tipo de endividamento.

Neves lembrou que o primeiro ano é essencial, porque é onde está a propensão à mudança e onde o prefeito ainda tem capital político

para propor estas mudanças e instou os prefeitos a agirem em três frentes: cuidar dos problemas e do dia-a-dia, programar as entregas e estabelecer qual será o legado.

Ranking de Municípios

Numa análise feita no ranking dos municípios brasileiros, Neves destacou a participação dos municípios paulistas como os melhores avaliados do país na maioria das áreas e os indicadores onde as cidades paulistas não estão avançando, na mesma proporção que os demais municípios brasileiros.

O estudo aponta que quatro indicadores são os mais críticos: óbitos prematuros por DCNTs, óbitos infantis, óbitos no trânsito e águas perdidas. No estado de São Paulo, 95 municípios concentram 80% dos óbitos infantis, 95 municípios concentram 80% dos óbitos prematuros por DCNTs, 116 municípios concentram o desafio do Ideb EFI e 42 municípios concentram 80% dos índices de roubos-outros.

Para contribuir com o planejamento dos prefeitos, Neves apresentou três focos de atenção para cada uma das áreas no pós-pandemia:

Educação: Recuperação da aprendizagem e combate a evasão; Ajustamento do período letivo 21/22; Aumento da pressão por vagas em creches;

Saúde: Aumento das DCNT como consequência da COVID; Backlog de atendimentos eletivos; Crescimento da importância sanitária;

Saneamento e sustentabilidade: Novo Marco do Saneamento; Aumento de moradias subnormais; Soluções consorciadas;

Segurança: Ordenamento urbano nos espaços públicos; Acolhimento de indigentes; Violência doméstica.

Pauta Municipalista

Conheça as nossas lutas em prol dos municípios



PAUTA PRIORITÁRIA

Conselho Político - Julho de 2021

CASA	PROPOSIÇÃO	TEMA	RELATOR
CÂMARA	Encargo Vinculado ao Repasse PEC 122/2015	Autoria da Senadora Ana Amélia - PP/RS, a PEC visa proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para os Entes Federados.	Não definido
SENADO	Lei das Associações PLS 486/2017	Autoria do Senador Anastasia - PSD/MG. O projeto visa estabelecer um marco jurídico para as atividades das associações de Municípios.	Senador Davi Alcolumbre - DEM/AP
CÂMARA	1% no FPM em setembro PEC 391/2017	Autoria do Senador Raimundo Lira - MDB/PB, construída com a CNM, a PEC estabelece acréscimo de 1% da arrecadação de IR e IPI ao FPM, em parcela única no mês de setembro.	Deputado Júlio Cezar - PSD/PI
CÂMARA	Dívida e Reforma Previdenciária dos Municípios PEC 15/2021	Autoria do Deputado Silvio Costa Filho - Republicanos/PE, construída com a CNM, a PEC cria parcelamento especial dos débitos previdenciários dos Municípios em 240 parcelas e regras para adesão do RPPS dos Municípios as regras de benefícios da União	Não definido
CÂMARA	Piso do Magistério PL 2075/2021	Autoria do Deputado Hildo Rocha - MDB/MA, construída com a CNM, a proposta surge da necessidade de atualização da lei do piso em função do novo Fundeb. Dentre outros pontos, a matéria altera o critério de atualização anual para o INPC.	Deputado Rogério Correia - PT/MG
SENADO	Mínimo Educação em 2020 PEC 13/2021	Autoria do Senador Marcos Rogério - DEM/RO, construída com a CNM, a PEC retira as penalidades para os Municípios que não atingiram os 25% da Educação em 2020.	Não definido
CÂMARA	ADI/ADC PEC 253/2016	Autoria do Senador Antônio Carlos Valadares - PSB/SE, a PEC para permitir que entidade de representação de Municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade.	Deputado Hildo Rocha - MDB/MA
SENADO	Improbidade PL 10.997 / 2018	Autoria do Deputado Roberto de Lucena - PODE/SP, o projeto visa eliminar ato culposo da lei, agravando o crime doloso.	Não definido
CÂMARA	APP em áreas urbanas PL 2.510/2019	Autoria do Deputado Peninha - MDB/SC, o projeto trata das faixas edificáveis nas margens em cursos d'água, autoriza que as delimitações sejam estabelecidas no plano diretor Municipal e em lei Municipal de uso do solo.	Dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP
SENADO	Despesa de pessoal nos Programas PLS 15/2016	Autoria do Senador Otto Alencar PSD/BA, o projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para excluir despesas de pessoal na execução dos programas federais.	Senador Esperidião Amin - PP/SC
SENADO CONTRA	Piso da Enfermagem PL 2.564/2020	Autoria do Senador Fabiano Contarato Rede/ES, o projeto impõe uma bomba fiscal para os Municípios ao estabelecer piso nacional único com valor superior ao dobro do salário médio dos profissionais de enfermagem e jornada de 30 horas semanais.	Senadora Zenaide Maia - PROS/RN

Em sete décadas, a APM tornou-se a voz dos municípios paulistas, também em Brasília

Em parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a APM vem se consolidando como uma entidade representativa dos municípios, também no Congresso Nacional.

Nós analisamos e acompanhamos as propostas que já tramitam e também apresentamos sugestões de melhoria nos textos para atender às demandas identificadas no dia a dia com os gestores municipais.

Esta é uma articulação que conta com as frentes parlamentares em Defesa dos Municípios Brasileiros (FMB), do Pacto Federativo (FPPF) e dos Consórcios Públicos.

Por meio de sua equipe, formada por técnicos e consultores, da diretoria e das entidades estaduais e microrregionais, participamos de audiências públicas, reuniões, eventos, conselhos, grupos de trabalho, entre outras atividades realizadas com deputados, senadores, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e membros do governo, incluindo ministros, secretários e diretores.

Este trabalho vem gerando resultados significativos. Demandas importantes como o aumento percentual do FPM, a partilha da cessão onerosa e a não extinção de pequenas cidades foram concretizadas porque, mobilizados, os representantes municipais ganham força no debate com o Legislativo e o Executivo federais.

No papel de demonstrar a realidade local aos diversos atores da

política nacional, atuamos como articuladores, além de representante dos Municípios.

Na impossibilidade de atuarmos presencialmente, em função da pandemia, a união dos municipalistas também é feita também virtualmente. Nesses casos, estamos juntos com a CNM com estratégias on-line e por mensagens de

celular são utilizadas para informar e mobilizar à distância, sensibilizando e solicitando apoio dos parlamentares em votações que afetam os Municípios.

Quando convocado, faça parte dessa rede em defesa do seu Município!

Confira as pautas que estamos trabalhando neste momento.





Aprecesp defende a retomada do turismo com responsabilidade

APRECESP trabalha por mais investimentos, capacitação, medidas de prevenção e na promoção das suas 70 estâncias paulistas

O avanço da vacinação aliado às medidas de prevenção estabelecidas pelo Plano SP do Governo do Estado de São Paulo têm possibilitado uma retomada gradual e segura das atividades turísticas. Após um longo período de isolamento, as pessoas querem e precisam viajar, com segurança, o que vêm consolidando novas tendências por um turismo de isolamento, proximidade, em meio a natureza e que tenha protocolos sanitários. A APRECESP – Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo tem tido uma participação efetiva nessa retomada, trabalhando para garantir mais investimentos para melhoria da infraestrutura turística, na capacitação de gestores públicos e na promoção das suas 70 estâncias associadas.

Oferta turística

A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado (Setur-SP) repassou no primeiro semestre R\$ 75,7 milhões para a continuidade de obras de infraestrutura em 119 municípios, por meio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR). Em breve, novos recursos estaduais serão anunciados às estâncias. “Os repasses são essenciais para que os municípios concluam as obras e qualifiquem a oferta turística”, diz Vinicius Lummertz, secretário de



Diretoria da APRECESP reunida com Vinicius Lummertz, secretário estadual de Turismo e Viagens

Turismo e Viagens do Estado.

Gestão Pública

Para bem receber, também é preciso investir na capacitação continuada dos gestores públicos, por isso, a APRECESP tem promovido diversas jornadas virtuais sobre a importância dos Conselhos Municipais de Turismo, da Regionalização Turística, além de cursos do SENAC, gratuitos para os gestores das prefeituras associadas, sobre Marketing, Elaboração de Roteiros e Design de Experiências.

Feiras e Eventos

De olho no mercado nacional, a participação em feiras e eventos presenciais, respeitando os protocolos sanitários, integra a estratégia de promoção da entidade. O Turismo Paulista vai contar com um estande próprio na 35ª Ugart - Feira de Negócios Turísticos, nos

dias 30 e 31 de julho, em Porto Alegre/RS, e na Festuris, entre 4 e 7 de novembro, em Gramado (RS).

“O turismo é a nossa vocação, fundamental para a geração de empregos e renda em nossas estâncias. Fomos muito impactados, socialmente e economicamente, por essa pandemia, aprendemos, nos adaptamos e graças ao esforço conjunto entre o governo estadual e os municípios para acelerar a vacinação, o momento é de retomada das atividades turísticas”, destaca o presidente da APRECESP e prefeito de Morungaba, Marquinho Oliveira. “Nossas 70 estâncias paulistas, do litoral e interior, estão prontas para receber bem os turistas, cada segmento do trade possui protocolos sanitários, temos muitos atrativos naturais e culturais para se vivenciar e as melhores estradas e aeroportos do País”.

Encontros virtuais discutem caminhos para gestão municipal mais inovadora

Associação Paulista de Municípios (APM) e Fundação Vanzolini (FCAV) apresentam e discutem com prefeitos paulistas soluções práticas para as suas cidades

A inovação em todas as áreas pode transformar as cidades e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Para a Associação Paulista de Municípios é fundamental disseminar boas práticas já implementadas no setor público e discutir soluções que podem ser desenvolvidas por gestores municipais.

Esse é o objetivo da série de webinars promovida pela APM e a Fundação Carlos Alberto Vanzolini. Totalmente gratuito, os encontros on-line acontecem via plataforma Zoom, com inscrições prévias para garantir certificados aos que se inscrevem. E são transmitidos também nas redes sociais e canal do Youtube da Associação Paulista para todos.

Já foram realizados três webinars. O primeiro, em maio, foi sobre cidades inteligentes. O segundo, em junho, sobre Educação em tempos de pandemia e o terceiro, em julho, tratou da inovação no Desenvolvimento Social para salvar vidas.

Os encontros mensais reúnem secretários estaduais das pastas,



Fred Guidoni, presidente da APM

gestores, especialistas, prefeitos e parlamentares para trocar experiências sobre os Desafios da Inovação na Gestão Municipal.

Nos encontros, Prefeitos e Secretários de todo o Estado podem fazer perguntas, expor ideias e falar sobre os problemas mais críticos em suas cidades por meio de interação direta em áudio e vídeo ou por meio do chat. Se você perdeu alguma das edições, no site da APM, estão as apresentações feitas para que os municípios pos-

sam acessar sempre que quiserem.

Para o presidente da APM, Fred Guidoni, a inovação é parte da vida cotidiana. “A inovação no setor público visa, sobretudo, melhorar os serviços prestados à população. O cidadão quer ser atendido com rapidez e eficiência. A tecnologia de informação e comunicação tem que ser usada para aperfeiçoar isso. Não se trata tão somente de criar algo novo, mas também de usar a criatividade e as tecnologias já disponíveis para suprir as carências e melhorar a performance. Em todos os municípios há criatividade, ações, tecnologias e pessoas que podem contribuir. O que precisamos é acessar as ferramentas certas e oferecer base sólida, para que isto aconteça”, explica o presidente da APM.

Para Daniel Annenberg, consultor da Fundação Vanzolini, “inovação é algo intrínseco ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Fundação Vanzolini a mais de 50 anos”. Daniel deixa claro que: “Estes webinars são uma oportunidade de se discutir inovação nas diversas áreas e é algo fundamental para que os municípios possam melhorar as suas gestões”. “A troca de experiências e a possibilidade de se ouvir especialistas que tragam sugestões e soluções inovadoras dentro dos seus temas e áreas de trabalho é essencial para que os gestores municipais possam se utilizar de bons exemplos que deram certo, acertando mais e errando menos no dia a dia da administração pública municipal.”, conclui Daniel.



Os desafios da Educação em tempos de pandemia



Em Webinar, gestores e especialistas falam sobre a volta às aulas presenciais e os investimentos em tecnologia

A segunda edição da série de webinars “Como inovar na gestão pública”, promovida pela Associação Paulista de Municípios e a Fundação Carlos Alberto Vanzolini, trouxe um panorama das ações desenvolvidas para garantir a qualidade do ensino e sugestões que podem ajudar os gestores municipais a enfrentar os desafios da Educação durante a pandemia da Covid-19.

Realizado no dia 24 de Junho de 2021, o webinar contou com a participação do Secretário de Estado da Educação, Rossieli Soares, que anunciou um investimento de R\$1,5 bi feito pelo Governo do Estado de São Paulo, para renovar o parque tecnológico das escolas e a meta até 2022 é instalar 100 megas de internet em todas as escolas estaduais. Rossieli também lembrou da criação do Centro de Mídias, com aulas mediadas pela TV e aplicativo com internet patrocinada para os municípios.

“Estamos investindo muito recurso no Estado em equipamento, em tecnologia. Contratamos mais professores, mais pessoas para poder usar mais e melhor a tecnologia. Não adianta a gente falar de uma transformação e o professor voltar para uma escola analógica. Não é só comprar equipamento, mas olhar para as competências, para as demandas do século XXI que são importantes.” Rossieli afirmou que, com a pandemia, o aluno vai chegar ao quarto ano do ensino fundamental com um déficit muito maior de aprendizagem. “Nós



Rossieli Soares, secretário da Educação do Estado de São Paulo

temos que garantir que uma criança aprenda o básico. Não dá para atrelar a volta às aulas à vacinação. Precisamos priorizar a educação”.

O secretário pediu o apoio das prefeituras na volta às aulas presenciais em agosto. Segundo ele, 843 mil profissionais estão sendo vacinados. Anunciou que a testagem de assintomáticos vai aumentar, com a compra de 3 milhões de testes para aplicação pelas secretarias municipais.

A professora e doutora em Psicologia pela USP, consultora da FCAV e ex-secretária Municipal de Educação de Ribeirão Preto, Zilma Ramos de Oliveira, defendeu que as escolas promovam atividades com grupos menores, de 3 a 4 crianças, o que reduziria o contágio e, ao mesmo tempo, garantiria aos alunos o contato com os amigos. E apresentou sugestões que podem ser adotadas pelos municípios na educação infantil. “Há muito tem-

po que brigamos para que os professores não fiquem presos o tempo todo dentro de sala de aula, isso antes da pandemia. Há outras maneiras da criança pequena pesquisar, que seja um desenho, uma escrita elementar, que podem ser feitos em outros espaços.”

A educadora enfatizou: “o que fechou foi o prédio, a escola tem que continuar a ligação com as crianças. O professor tem que saber o que aconteceu com os alunos, manter a ligação com a família e preparar o retorno com atividades de acolhimento”.

Zilma Ramos de Oliveira sugere que as escolas enfeitem os muros externos. “Uma escola limpinha dá sensação de fechamento, que impacta muito a criança, parece que nunca mais vai existir essa escola”. E alerta que é importante inovar na gestão pedagógica. “A escola pode formar comitês de gestão por período, dividir em 4 bimestres, com professores que percorrem os espaços verificando a necessidade de adaptações a uma nova realidade que assegure a tranquilidade para as crianças”.

Alexandre Schneider, Pres. do Instituto Singularidades, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e Ex-secretário Municipal de Educação de São Paulo, defendeu o que chamou de “feijão com arroz” na gestão da educação: organização da rede, das informações, trabalho com o Ministério Público, a Justiça e as organizações sociais de controle que podem ser parceiros na busca de soluções para as necessi-

dades dos municípios. E lembrou que, em 2017, quando foi Secretário de Educação, a prefeitura da capital organizou um plano de ação com acompanhamento do MP. “O resultado foi a universalização da pré-escola em 6 ou 8 horas e 61% de atendimento em creches com 10 horas diárias”.

Na área pedagógica, Alexandre Schneider também fala em inovação “feijão com arroz”: “articulação, coesão, currículo, avaliação e formação de professores, que vão fazer com que municípios façam as próprias escolhas de tecnologias”. E sugeriu que as escolas incorporem na grade curricular conhecimentos importantes para o desenvolvimento da criança, como aulas de inglês e programação, com professores de tecnologia que desenvolvam projetos com os alunos.

“Daremos o primeiro passo para que os professores percam o receio de experimentar a tecnologia e o uso da cultura maker, o que pode ser feito inclusive sem computador”. O especialista em educação também considera que é importante que os gestores municipais aprendam com quem já fez. E citou o caso da capital que, por meio de um decreto publicado



Zilma Ramos de Oliveira, professora e doutora em Psicologia pela USP

durante a gestão de João Doria, disponibilizou todos os materiais pedagógicos em código aberto para outras cidades. Teresina, no Piauí, foi um dos municípios que adotaram esse material. “A transparência, organizar os dados, trazer a comunidade para nos ajudar a desenvolver soluções pedagógicas ou administrativas foi importante. O poder público não deveria gastar duas vezes com desenvolvimento de software. Aquilo que a prefeitura de São Paulo gastou para ser desenvolvido, tudo isso está em código aberto, qualquer município pode solicitar e desenvolver a partir daí.”

O ex-secretário defende a arti-

culação da Educação com os programas sociais. E sugere: “criar um número único de registro para todos os serviços em que a criança passa. Assim, o professor pode saber o que está acontecendo com o aluno, claro, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A maior inovação que o município pode fazer é articular toda a sua área social, especialmente neste momento em que crianças vão precisar de apoio afetivo e na área da saúde mental, e apoio para aprender com segurança alimentar e segurança pessoal, para que a gente possa ultrapassar os muros da escola, da educação infantil ao ensino médio.” Alexandre Schneider entende que a intersetorialidade entre as secretarias é fundamental e diz que “é preciso colocar todo mundo na mesa para construir um plano que leve em conta a criança, o adolescente e suas famílias como núcleo e não o número de atendimentos que cada instituição faz. Sobre tudo, é preciso liderança do prefeito ou da prefeita, porque não há hierarquia entre as secretarias. Será a grande inovação no Brasil e quem conseguir fazer vai sair na frente e terá em todas essas áreas uma melhoria.”

A promotional banner for a webinar. On the left, a green box contains the logo of the Associação Paulista de Municípios (APM) and the text: "WEBINAR 2", "Como inovar na gestão municipal?", "Os desafios da Educação", "24.junho • 10h", and "Temos um encontro para discutir os desafios da Educação nos municípios paulistas em tempos de pandemia." On the right, a collage of images shows children in a classroom, a city skyline, and people working on laptops. The logo of Fundação Vanzolini is in the top right, and the logo of the São Paulo State Government is in the bottom right.





Cidades Inteligentes

Tecnologia e inclusão digital são temas essenciais para a gestão municipal

Durante webinar, especialistas falaram sobre cidades inteligentes e govtechs

Quase 85% da população brasileira mora em áreas urbanas, segundo o IBGE. Por isso, o conceito de cidades inteligentes tem ganhado cada dia mais o vocabulário de gestores públicos. Para levar mais qualidade de vida aos cidadãos é preciso transformar ideias em boas práticas. Pensando nisso, a Associação Paulista de Municípios e a Fundação Carlos Alberto Vanzolini reuniram especialistas para discutir soluções inovadoras para as cidades. O webinar, realizado em 21 de maio, trouxe um panorama de ações implementadas pelo governo do Estado de São Paulo, municípios e poder legislativo na área de tecnologia e inclusão digital.

A Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia do Estado de São Paulo, Patrícia Ellen, apresentou algumas novidades como o lançamento de uma cartilha que irá ajudar no planejamento de cidades inteligentes, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Patrícia Ellen também falou sobre o PIPE-IdeiaGov, que será lançado nas próximas semanas. O programa facilita a contratação de startups pelo governo para desenvolver soluções inovadoras em gestão pública com financia-



Patrícia Ellen, secretária estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo



Vitor Lippi, deputado federal

mento da Fapesp.

“Hoje há um núcleo de inovação na Procuradoria Geral do Estado que tem sido muito bem sucedido em menos de um ano. Temos 8 soluções de startups sendo pilotadas dentro do ecossistema do governo. São exemplos concretos de como podemos atuar em conjunto para mudar essa realidade, aplicando dentro dos pilares de cidades inteligentes novas soluções, novos recursos para que o governo se modernize.”

A secretária também informou que o Estado está estruturando duas linhas de investimento para apoiar a digitalização das cidades e mais uma linha para desburocratização e fomento de empreendedorismo nas cidades.

O deputado federal Vitor Lippi, ex-prefeito de Sorocaba, cidade reconhecida pela ONU como Cidade Humana e Educadora, falou sobre o conceito de Cidade Inteligente e Humana: “É você se organizar para que possa, através das tecnologias, melhorar a gestão pública, prestar melhor serviço à sociedade, e ela é humana, porque trabalhamos para atender as necessidades das pessoas”.

Vitor Lippi disse que a cidade inteligente deve ser planejada. “Não é contratar um programa, um wifi na praça. É preciso pensar como vai fazer isso. Se há uma boa

digitalização da área de saúde, há maior controle e o gestor poderá abrir para a avaliação da população. Você tem que pensar nessas ferramentas como ferramentas democráticas de participação da população, aí você vai acertar mais rápido.”

Para o deputado federal, a gestão de pessoas também é importante porque são elas que irão executar o planejamento e atender o cidadão. Vitor Lippi listou uma série de ações do Congresso Nacional como a nova lei de licitações públicas, que padroniza editais em todo o país e amplia o conceito de compra emergencial, permitindo a compra direta quando a falta do item prejudica a população, como no caso de remédios e equipamentos para hospitais.

Daniel Annenberg, consultor da FCAV, ex-Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo e um dos criadores do Poupatempo, disse que o principal desafio das cidades é reduzir a desigualdade social. “Hoje inclusão digital é inclusão social. Se



Daniel Annenberg, consultor da Fundação Vanzolini

não fizermos inclusão digital, nós vamos ter tecnologia para parte da população. Então inclusão digital é tão importante quanto saneamento básico, educação de qualidade e saúde para todos”. Daniel citou o movimento “Antene-se”, lançado recentemente para simplificar a instalação de antenas de 5G. E programas de atendimento

ao cidadão como o SP156 e o Descomplica, o Poupatempo municipal. Também anunciou aos prefeitos e demais participantes sobre o lançamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de uma linha de 1 bilhão de reais para a digitalização de serviços públicos estaduais e municipais. E a preparação, pela Fundação Vanzolini, de um curso sobre cidades inteligentes, voltado para os gestores municipais.

Fred Guidoni, presidente da Associação Paulista de Municípios, foi o mediador da webinar. Ele terminou ressaltando a importância da parceria entre a FCAV e a APM na disseminação de boas práticas em inovação. “É muito importante dar acesso aos prefeitos, lideranças municipais e gestores que estão ávidos em busca desse conhecimento, compartilhar projetos bons já elaborados e que podem, sim, ser copiados no Estado de São Paulo”.





Assembleia Legislativa doa 150 mil cestas básicas a famílias carentes

Iniciativa foi a maior já registrada pelo Fundo Social de Solidariedade na pandemia

A Assembleia Legislativa de São Paulo foi responsável pela maior contribuição registrada pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado na pandemia causada pela Covid-19: a doação de 150 mil cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade social da Capital e interior.

A iniciativa, realizada em junho deste ano, marcou os 100 dias da nova Mesa Diretora da Alesp, composta pelo presidente, deputado Carlão Pignatari (PSDB), e pelos 1º e 2º secretários, respectivamente, os deputados Luiz Fernando (PT) e Rogério Nogueira (DEM). A eleição ocorreu em março.

Foram investidos R\$ 15 milhões na aquisição das cestas básicas. O recurso foi obtido por meio de medidas de contenção de despesas parlamentares, cortes e readequações orçamentárias. Ao todo, no primeiro semestre de 2021, a Assembleia Legislativa paulista economizou mais de R\$ 20 milhões.

“A pandemia da Covid-19 trouxe inúmeros desafios para o mundo e nós, deputados e deputadas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, não ficamos de braços cruzados. Trabalhamos diariamente para amenizar os efeitos da pandemia e fizemos nossa lição de casa, contribuindo diretamente com a população que mais precisa”, disse Carlão Pignatari.

A cesta é composta por diversos alimentos: arroz, macarrão, óleo, farinha, biscoito água e sal ou milho, sardinha, carne seca, sal, molho de tomate e feijão. “É uma



Da esq. para a dir., os deputados Luiz Fernando e Carlão Pignatari; Bia Doria, primeira-dama e presidente de honra do Fundo Social de Solidariedade do Estado; o deputado Rogério Nogueira e o diretor-presidente do Fundo, Fernando Chucre

importante doação, que ajuda no sustento de várias famílias nesse momento tão difícil para todo mundo”, afirmou o presidente.

Os parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo também fizeram neste ano a maior destinação de emendas para a saúde desde a mudança na Constituição estadual, em 2018. Foram R\$ 155 milhões para o custeio e investimentos no setor de 427 prefeituras paulistas.

Desde o início da pandemia, a Alesp não interrompeu a realização das sessões. Um moderno sistema de votação online foi adotado. As reuniões acontecem em ambiente virtual, com a presença do presidente em Plenário e os 93 parlamentares restantes conectados remotamente via internet.

Em 100 dias, foram mais de 50 sessões extraordinárias com muita discussão e votação de mais de 30 projetos de autoria parlamentar e do Executivo, a maior parte deles para

o enfrentamento da pandemia, como a renovação do contrato de trabalho de profissionais da saúde que atuam na linha de frente da Covid-19 em hospitais do Estado.

Para a aprovação do programa Bolsa Família, que pretende desembolsar ainda neste ano R\$ 1 bilhão em ações assistenciais voltadas a famílias carentes do Estado, os parlamentares conseguiram incluir no texto do Executivo a prioridade de atendimento a mulheres chefes de família e vítimas de violência doméstica, uma grande conquista social.

A partir de agosto, os parlamentares retornam do recesso com a agenda cheia. Entre as votações mais importantes do segundo semestre estão a criação das regiões metropolitanas de São José do Rio Preto e Piraicaba, que encerram o processo de conglomerados urbanos do Estado, a LOA (Lei Orçamentária Anual) e projetos de iniciativa parlamentar.

LANÇAMENTO



CONSÓRCIO EMPREENDEDOR

Com forte orientação ao aprimoramento da cooperação regional, o Sebrae passa a oferecer gratuitamente um vasto portfólio de produtos e serviços para:

Constituição e/ou fortalecimento de consórcios públicos intermunicipais

Aperfeiçoamento de políticas públicas de empreendedorismo nos municípios consorciados

Estímulo à cooperação em regiões com potencial para políticas consorciadas

MUNICÍPIOS INTEGRADOS, REGIÕES FORTES!

PROGRAMA 100% GRATUITO

Compromisso
Sebrae com a
retomada
pós-pandemia

Eixos Temáticos

GOVERNANÇA DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL DE CONSÓRCIOS



LIDERANÇA E
GESTÃO PÚBLICA REGIONAL



DESBUROCRATIZAÇÃO E MELHORIA
DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS



INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO



INCLUSÃO PRODUTIVA &
COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO



COMPRAS PÚBLICAS



EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA



PROGRAMA CONSÓRCIO EMPREENDEDOR

SEBRAE-SP
Unidade de Políticas Públicas e
Relações Institucionais

ACESSE
consorcioempreendedor.sebraesp.com.br



CONTATO
consorcioempreendedor@sebraesp.com.br

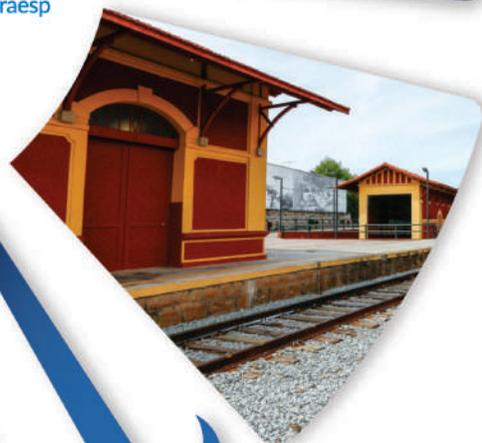


 0800 570 0800

 www.sebraesp.com.br

      /sebraesp

 /sebraesaopaulo



Antiga estação de trem de Guararema
Fotografia de jaboticaba/Getty Images

Vista panorâmica da cidade de São Bento do Sapucaí
Fotografia de Julio Ricco/Getty Images

Prêmio

Prêmio Band Cidades Excelentes incentiva melhores gestões públicas

O Grupo Bandeirantes de Comunicação e o Instituto Aquila lançaram o Prêmio Band Cidades Excelentes no dia 16 de junho. A iniciativa vai reconhecer, fomentar e incentivar a prática da gestão pública para melhorar a realidade dos 5.568 municípios brasileiros.

“Um excelente prefeito pode mudar, como já vi diversas vezes, a história de uma cidade. O sonho de fazer uma premiação anual aos melhores prefeitos é agora possível com o Instituto Aquila, que tem um grande banco de dados com informações de todas as cidades brasileiras. Esse rico e estratégico material pode e deve ser usado pelas gestões municipais e estaduais, e também pelo Governo Federal junto com o Congresso Nacional, para que os atuais e futuros orçamentos possam diminuir as diferenças”, analisa Johnny Saad, presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação.

O instrumento utilizado na avaliação e julgamento da premiação é o Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA), que utiliza conceitos de big data e reúne as informações públicas mais atualizadas de todos os municípios do país. Essa plataforma é estruturada com base em Inteligência Artificial, que a partir de um algoritmo, consolida resultados de indicadores em uma única nota final.

“Nossos estudos nos últimos 20 anos, tanto no setor privado, quanto no setor público, apontam que as cidades do Brasil têm diferenças enormes. Nosso objetivo é provocar os gestores públicos, mostrando que são eles os responsáveis pela excelência das cidades e que o setor privado acompanha esse desenvolvimento. O Prêmio Band Cidades

Excelentes vai dar uma grande contribuição para o país, estimulando ainda mais a melhoria estrutural das gestões municipais”, afirma Raimundo Godoy, presidente executivo do Instituto Aquila.

Todas as cidades brasileiras estão automaticamente pré-inscritas na premiação e serão agrupadas em três categorias de acordo com o porte da população local:

- Menor ou igual a 30 mil habitantes
- Entre 30 mil e 100 mil habitantes
- Acima de 100 mil habitantes

Opcionalmente, as cidades poderão enviar projetos em desenvolvimento no município, de acordo com as orientações no site <http://premiocidadesexcelentes.band.uol.com.br>, aumentando a chance de melhor pontuação.

Três cidades de cada categoria serão consideradas as melhores em cada um dos cinco pilares de avaliação:

- Eficiência Fiscal e Transparência
- Educação
- Saúde e Bem-Estar
- Infraestrutura e Mobilidade Urbana
- Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública

Além dos ganhadores por pilar, teremos ainda uma premiação especial para o vencedor geral em cada grupo populacional.

A metodologia utilizada pelo Prêmio Band Cidades Excelentes está detalhada no livro “Cidades Excelentes: Gestão que transforma a realidade dos municípios brasileiros”, publicado pela Escola de Gestão Aquila em 2021 e disponível no site www.cidadesexcelentes.com.br.

O prêmio realizará uma etapa estadual, em setembro, quando serão conhecidos os três melhores municí-

pios de cada categoria. Será um certificado alusivo à qualidade da gestão no pilar com maior pontuação.

Já na fase nacional, a ser realizada em Brasília (DF), no mês de outubro, o prêmio dará um troféu para os três primeiros lugares de cada categoria. Todos os demais classificados, mas não ganhadores, receberão medalhas de participação.

Saiba mais sobre o Prêmio Band Cidades Excelentes em <http://premiocidadesexcelentes.band.uol.com.br/>

O cartão de divulgação do Prêmio Band Cidades Excelentes apresenta o logo da Associação Paulista de Municípios (APM) e o título do prêmio. Abaixo, há uma seção de texto explicando o ranking e o encontro promovido. Seguem as fotos e nomes dos palestrantes: Raimundo Godoy (Presidente Executivo do Instituto Aquila), Caio Carvalho (Diretor Geral de Comunicação e Assuntos Corporativos do Grupo Bandeirantes de Comunicação) e Medeiros (Diretor Executivo da APM). A seção de participação indica que o evento será realizado em São Paulo e Campinas, com o link de acesso para participar. O horário é às 10h em 05/08 (quinta-feira). O cartão também menciona convidados como José Inácio Pizani e Marcos Bianchi, e fornece o link para assistir ao evento ao vivo no YouTube e Facebook.

APM ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

PRÊMIO BAND CIDADES EXCELENTES

Como a sua cidade está no Ranking do Prêmio Band Cidades Excelentes?
A Associação Paulista de Municípios e Band promove um encontro com os autores do Livro Cidades Excelentes do Instituto Aquila, que inspirou a criação do Prêmio.
Em setembro conheceremos os 3 municípios melhores rankeados no Estado de cada categoria que irão disputar o prêmio nacional. Todos os municípios brasileiros estão naturalmente inscritos.
Participe e conheça a ferramenta que monitora o desempenho da gestão pública e que vai reconhecer as iniciativas pioneiras, incentivar a implementação de projetos, disseminar as soluções que podem ser replicadas e valorizar os servidores públicos.

Palestrantes:

Raimundo Godoy
Presidente Executivo do Instituto Aquila

Caio Carvalho
Diretor Geral de Comunicação e Assuntos Corporativos do Grupo Bandeirantes de Comunicação

Medeiros
Diretor Executivo da APM

PARTICIPAÇÃO

BAND SÃO PAULO
Caio Carvalho

BAND SP 2:
Rodrigo Neves - BAND CAMPINAS
Rodolpho Neves - BAND PAULISTA
Giselle Toledo - BAND VALE

Convidados:
José Inácio Pizani - TV CLUBE - RIBEIRÃO PRETO (Afilhada)
MARCOS BIANCHI - TV THATHI - SANTOS (Afilhada)

PARA PARTICIPAR ACESSSE: <https://zoom.us/j/95976280110>

Transmissão ao vivo no YouTube (apm.sp) e Facebook (@associacaopaulista)

www.apm.org.br | apm@stagepa.arts.br | #apmrs



As Organizações da Sociedade Civil têm destaque como um ator político que participa ativamente do processo educativo de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. As OSC atuam em parceria com o Estado, complementando o atendimento público para a garantia dos direitos humanos. A contingência de vulnerabilidade social necessita da intervenção das OSC para o desenvolvimento de projetos sociais que busquem, com profissionalismo, a qualidade social e a transformação qualitativa da realidade das comunidades atendidas.

Não é de hoje que o Terceiro Setor tem sido um grande aliado na gestão de equipamentos públicos. Na cidade de São Paulo, o hospital israelita Albert Einstein administra várias unidades de saúde da prefeitura, e seus atendimentos são referência em todo município, sobretudo neste momento de pandemia. Esse tipo de parceria recebe o nome de “termo de colaboração”, e tem sido usado em diversas áreas, como assistência social e educação. A ideia é desafogar todo o administrativo das prefeituras e repassar essa responsabilidade para Organizações Sociais que atuam nessas áreas. Com um serviço especializado e realizado por entidades sem fins lucrativos, os municípios têm conseguido encontrar um equilíbrio entre boa prestação de serviço público e a manutenção do teto de gastos com folha de pagamento, conseguindo respeitar a lei de responsabilidade.

Para compreender melhor os detalhes que envolvem esses projetos, nós procuramos o IGEVE.ORG, instituto que hoje é o maior em número de atendimentos de crianças em todo Brasil. A convidada é a Melissa Esteves, presidente da entidade.

MUNICÍPIOS: Melissa, seja muito bem-vinda a nossa revista. Gostaria de começar com uma pergunta direta: por que o Terceiro Setor está assumindo o papel do Estado?

MELISSA: Ola! Obrigada pela oportunidade de participar desta edição da revista Municípios. Esse seu questionamento tem sido muito levantado por sindicatos de funcionários públicos e por outros setores que ainda não conseguiram compreender o papel do terceiro setor na administração pública. As entidades não estão assumindo o papel do Estado. O nosso trabalho tem uma significante social focada em auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidades, sejam elas sociais, econômicas que comprometam a dignidade humana. Em alguns momentos, os governos não conseguem atender toda a demanda, e a fim de evitar um colapso, realizam parcerias com Organizações sociais, que muitas vezes conseguem solucionar essas

ausências do poder público no localismo societal.

MUNICÍPIOS: e o que leva a esses governos não conseguirem prestar esse atendimento direto?

MELISSA: o custo com RH tem sido hoje o maior empecilho. Para abrir uma nova creche ou hospital, é preciso realizar um concurso público, e muitos municípios já atingiram o teto de gastos com a folha de pagamento. Essa verba é percentualmente fixa, se o prefeito abre novos postos de trabalho, incide em crime de responsabilidade. Algumas pastas como da saúde e educação, podem flexibilizar o restante do orçamento, permitindo que você contrate parcerias no terceiro setor, que compartilham a administração desses equipamentos, onde todo o ônus é transferido para a Organização Social. Caso algum funcionário falte ou entra em licença médica, nós substituímos no mesmo momento, não

A importância na parceria c

causando impactos no atendimento ao público.

MUNICÍPIOS: essa não é uma forma dos municípios terceirizarem a mão de obra?

MELISSA: De forma alguma. A maior parte dos atendimentos continua sob responsabilidade da prefeitura, até porque ela é a reguladora da política pública. O que fazemos é dar foco maior nas áreas realmente críticas, que demandam profissionais com outro tipo de qualificação. No caso das creches que o IGEVE.ORG administra, cuidamos das crianças na fase da primeira infância, onde geralmente a demanda é permanente, considerando o crescimento habitacional nas áreas urbanas. E o poder público não consegue com recursos humanos próprios acompanhar essa evolução, sem contar o limite de contratação preconizado pelo Fundeb que já está acima do percentual permitido. Seguimos o plano pedagógico da rede, já preparando essa criança para sua alfabetização quando ela atinge a idade para ingressar no ensino fundamental I, administrado diretamente pela prefeitura, que com concordamos que deve ser executado sempre pelo poder público.

MUNICÍPIOS: Hoje o IGEVE.ORG atua somente com contratos com as prefeituras?

MELISSA: Não, o foco do IGEVE.ORG não são esses tipos de parcerias. A instituição foi fundada com o objetivo de desenvolver novos programas para a área da educação, de se pensar uma nova sala de aula. Primeiro, nos perguntamos: qual ser humano queremos formar e pra qual sociedade? Com isso, começamos a elaborar um acervo de conteúdo digi-

a do trabalho das OSCs om o poder público



MUNICÍPIOS: Quais são os planos futuros do IGEVE.ORG?

MELISSA: Estamos nos preparando para criar o Centro de Estudos Comunitário IGEVE, que trará uma Escola EAD pelo site e aplicativo. É um projeto ambicioso, que levará um determinado tempo para ser concluído, e não tem a pretensão de concorrer com o ensino regular, é apenas um tipo de complementação escolar. Do Berçário ao Ensino Médio, Técnico e cursos profissionalizantes e pré-vestibular, a nossa escola EAD será gratuita, universal aos falantes da língua portuguesa e tem a pretensão de democratizar o acesso ao ensino.

Melissa Esteves, presidente do IGEVE.ORG

MUNICÍPIOS: Para finalizar, vocês pensam em atuar em novas parcerias com os municípios?

MELISSA: Hoje o IGEVE.ORG tem pensado em crescer de forma sustentável. Nós não temos nenhum tipo de lucro, não é da natureza de uma Organização Social atuar com esse foco, por outro lado, temos visto diversas cidades enfrentando dificuldades em realizar a gestão de educação, e não podemos nos furtar da responsabilidade de auxiliar aqueles que nos procuram. Agora, com o advento da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, tem sido possível ampliar a atuação nesses espaços, já que não se faz mais necessário o tradicional chamamento público. Isso tem sido benéfico, pois encurta a burocracia e nos permite chegar mais rapidamente ao chão da escola e atender as crianças que precisam de auxílio imediato. Nós não precisamos ostentar o título de sermos a maior entidade em número de crianças atendidas, o que queremos ostentar, é o fato de fazermos parte de um país que conseguiu utilizar a educação como uma ferramenta de transformação social, que impacta diretamente na vida das pessoas.

tal, gratuito, que pode ser utilizado por qualquer pessoa, seja pública ou privada. Queremos democratizar a educação.

MUNICÍPIOS: e que conteúdos são esses?

MELISSA: São ideias inovadoras, temos produzido animações sobre temas atuais, como a pandemia do Covid, o podcast “vou te contar”, disponível no spotify, que narra histórias infantis. Temos palestras, cursos de capacitação, um fórum pedagógico, e rodas de conversas sobre boas práticas de educação. Ainda este ano iremos publicar nosso primeiro livro de histórias para crianças.

MUNICÍPIOS: Como os muni-

cípios conseguem auditar os trabalhos realizados pelo IGEVE.ORG?

MELISSA: Hoje o IGEVE.ORG possui um portal da transparência, disponível em nosso site. Não é apenas uma página com a prestação de contas. Nós seguimos as diretrizes da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-SP). Além disso, implementamos um Comitê de Ética e Compliance, que capacitou todos os empregados da entidade, com farto material nas nossas redes, onde o treinamento foi realizado pelo nosso próprio corpo jurídico e pedagógico. Abrimos um canal de Ouvidoria, que está aberto para receber elogios, reclamações e críticas.

Vacina do Butantan faz despencar a pandemia de Covid-19 em Serrana

Coronavac criou ‘cinturão imunológico’ coletivo contra o coronavírus

A imunização da população adulta do município de Serrana, no interior paulista, com a vacina CoronaVac, do Instituto Butantan, fez os casos sintomáticos de Covid-19 caírem 80%, as internações, 86%, e as mortes, em 95%, após a segunda vacinação do último grupo.

Os dados estão na conclusão do Projeto S, estudo clínico de efetividade inédito no mundo realizado pelo Instituto Butantan para vacinar a população adulta do município de Serrana contra a Covid-19, na cidade da região de Ribeirão Preto, anunciado no final do mês de maio.

Em julho, o cenário epidemiológico melhorou ainda mais, com redução dos casos e sem o registro de mortes. Até o dia 23 de julho, o último óbito registrado pela cidade em função da Covid-19 havia ocorrido no dia 28 de junho.

“O estudo indica também que, com 75% da população-alvo imunizada com as duas doses da vacina Coronavac, a pandemia foi controlada em Serrana e isso pode se reproduzir em todo o Brasil”, afirmou o Governador João Doria, em entrevista coletiva que apresentou os primeiros dados do estudo.

“Os resultados demonstram de forma categórica o que poderia estar acontecendo no Brasil inteiro, não fosse o atraso na vacinação. Demonstra também que só existe um caminho para controlar a pandemia: vacina, vacina e vacina



para todos os brasileiros”, acrescentou Doria.

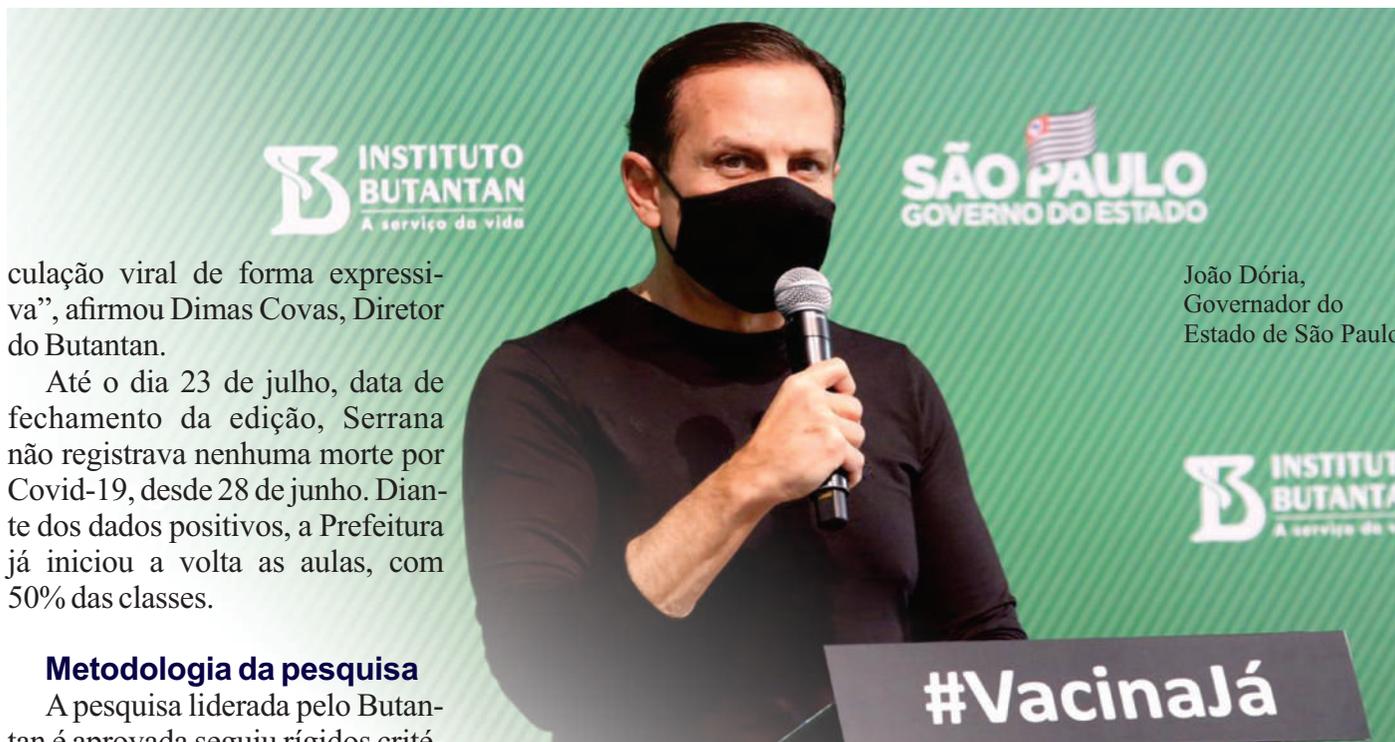
O estudo clínico de efetividade teve início em fevereiro e se estendeu até abril. A redução dos indicadores da pandemia foi constatada com a comparação dos dados registrados antes e depois que cerca de 27 mil moradores com mais de 18 anos completaram o ciclo de imunização com duas doses da vacina do Butantan, com intervalo de 28 dias entre a primeira e a segunda aplicação.

A pesquisa mostrou que a vacinação protege tanto os adultos imunizados quanto crianças e adolescentes que não receberam a vacina. A população total de Serrana é estimada em torno de 45 mil pessoas. A imunização gerou uma espécie de cinturão imunológico em Serrana, reduzindo drasticamente

a transmissão do coronavírus no município.

A incidência da COVID-19 em Serrana também despencou em comparação às cidades vizinhas. Enquanto a região apresenta altos casos de COVID-19, Serrana manteve taxas baixas de contágio graças à vacinação. Mesmo com cerca de 10 mil moradores que transitam por outras cidades diariamente, Serrana alcançou um cenário de controle da pandemia.

“A vacina do Butantan é segura, eficaz, eficiente, de altíssima qualidade e contribuiu para prevenir o desenvolvimento da doença, complicações e óbitos entre os infectados. Agora também sabemos que ela provoca efeito benéfico em uma população inteira, protegendo tanto os vacinados quanto os não vacinados e reduzindo a cir-



João Dória,
Governador do
Estado de São Paulo

culação viral de forma expressiva”, afirmou Dimas Covas, Diretor do Butantan.

Até o dia 23 de julho, data de fechamento da edição, Serrana não registrava nenhuma morte por Covid-19, desde 28 de junho. Diante dos dados positivos, a Prefeitura já iniciou a volta as aulas, com 50% das classes.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa liderada pelo Butantan é aprovada seguiu rígidos critérios éticos e sanitários e foi efetuada em parceria com a Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto e da Prefeitura de Serrana.

O método usado no ensaio clínico é chamado de implementação escalonada por conglomerados (stepped-wedge trial, na denominação em inglês). A cidade foi dividida em 25 subáreas, formando quatro grandes grupos populacionais que receberam o imunizante em semanas sucessivas. A vacina foi oferecida a todos os maiores de 18 anos elegíveis para o estudo em quatro etapas e datas distintas.

O estudo também concluiu que moradores dos dois últimos grupos foram beneficiados com redução na transmissão do vírus gerada pela imunização das pessoas vacinadas nas primeiras regiões. O diretor médico de pesquisa clínica do Instituto Butantan, Ricardo Palacios, disse que o escalonamento sequencial permitiu avaliar e comparar as quatro áreas vacinadas.

“Percebemos que os fenômenos

observados não acontecem aleatoriamente, mas se repetem nos quatro grupos em momentos diferentes”, explicou. “O resultado mais importante foi entender que podemos controlar a pandemia mesmo sem vacinar toda a população. Quando atingida a cobertura de 70% a 75%, a queda na incidência foi percebida até no grupo que ainda não tinha completado o esquema vacinal.”

Segundo Palacios, a pesquisa confirmou também o efeito indireto da vacinação, já que foi possível comprovar a proteção de populações não imunizadas, como crianças e adolescentes. “A redução de casos em pessoas que não receberam a vacina indica a queda da circulação do vírus. Isso reforça a vacinação como uma medida de saúde pública, e não somente individual.”

Serrana foi escolhida porque apresentava alto índice de prevalência de infecções por COVID-19, além de estar perto de um cen-

tro universitário e ter um hospital regional. O objetivo do Butantan foi estudar o impacto epidemiológico da vacinação no conjunto da população adulta, sob o ponto de vista de contenção da pandemia.

“As importantes conclusões do estudo poderão embasar as estratégias de imunização no Brasil e no mundo, e oferecem uma esperança do controle da pandemia com vacinas como Coronavac, que foi desenvolvida numa parceria entre a farmacêutica chinesa Sinovac e o Butantan”, afirmou Dimas Covas.

Para o Diretor do Butantan, o estudo de fase 4 comprovou a eficiência da vacina como estratégia de saúde coletiva. Os ensaios clínicos de fase 3, feitos entre julho e dezembro de 2020, já haviam assegurado a eficácia do imunizante, com índices que variaram de 50,7% a 62,3% para casos sintomáticos e de 83,7% a 100% para ocorrências com exigência de assistência médica.



APM participa do Movimento Unidos pela Vacina para ajudar municípios

Mobilização fez com que 99,9% das cidades respondessem aos questionários.

Movimento já entregou mais de 27 mil itens aos municípios que relataram dificuldades

A APM é parceira do Movimento Unidos pela Vacina, uma iniciativa do Grupo Mulheres do Brasil, liderado pela empresária Luiza Helena Trajano, para engajar a sociedade e retirar possíveis entraves do processo de vacinação em todo o Brasil.

O movimento reúne mais de 4 mil empresários, comerciantes, representantes da sociedade civil, de entidades setoriais e da comunidade, artistas e pessoas físicas, unidos por um único propósito: Tornar viável a vacinação, com 1ª dose ou dose única, de todos os brasileiros acima de 18 anos até final de setembro deste ano.

A APM se engajou ao projeto para garantir a adesão dos municípios e descobrir aqueles que precisavam de auxílio. Uma pesquisa foi realizada para levantar as demandas e acelerar o processo de imunização, a partir do momento em que as vacinas chegassem.

No estado de São Paulo, dos 644 municípios entrevistados (99,9% do estado), 194 apontaram que possuíam alguma demanda que poderia ser atendida pelo Movimento Unidos Pela Vacina.

Até o dia 21 de Julho, dos 194 municípios que apresentaram demanda, 178 já foram amadrinhados, ou seja, alguma empresa já assumiu a responsabilidade de doar um ou mais itens que o município precisa para acelerar a vacinação. Até o momento já foram entregues mais de 27 mil itens em várias cida-



Maria Fernanda Teixeira

des do Estado.

A conselheira de empresas no Brasil e Estados Unidos, Maria Fernanda Teixeira, que é também Co-fundadora Grupo Mulheres do Brasil e Co-líder do Movimento Unidos pela Vacina, explica que neste momento, o grupo está empenhado na busca de empresas para amadri-

nhar os municípios faltantes e agilizar as entregas das doações para ajudar as cidades a alcançarem as suas metas localmente. “Paralelamente, estamos trabalhando forte na comunicação de conscientização das pessoas sobre a importância de tomarmos a segunda dose e de mantermos a “guarda alta” para juntos vencermos o vírus”, afirma.

Concluídas todas as doações e as entregas, o Movimento deixa um legado no Sistema Único de Saúde para a vacinação do país e dos municípios. Itens como ultra freezers, câmaras frias e caixas térmicas, que são alguns dos itens que estão sendo doados, ficarão para as cidades e poderão ser usados em inúmeras campanhas de vacinação no futuro, inclusive próximas vacinações contra a Covid-19.

“Contem com o Unidos Pela Vacina para vencermos o vírus juntos, com máscara no rosto e vacina no braço!”, finaliza Maria Fernanda.



Morungaba foi uma das cidades participantes do Movimento

Programa Nacional

Em todo o país, cerca de dois mil municípios já foram amadrinhados, 332 mil itens já foram entregues a cidades de todo o país. As 25 maiores doações de equipamentos e insumos somam R\$ 30 milhões.

Com a adesão de 230 empresas até o momento e a criação de módulos para doação de infraestrutura aos municípios, com investimentos entre R\$10 mil e R\$22 mil, de acordo com o número de habitantes, o movimento está fazendo diferença para os municípios que precisavam de itens para alavancar a vacinação

“Contem com o Unidos Pela Vacina para vencermos o vírus juntos, com máscara no rosto e vacina no braço!”, afirma Maria Fernanda.

Doações seguem pelo Brasil

Com o levantamento realizado em parceria com o Instituto Locomotiva com 99,9% dos municípios do país foi possível identificar que aproximadamente 4.200 das 5.569 cidades possuíam necessidades de algum item para agilizar o processo de vacinação.

Dentre os mais doados até o momento estão câmaras frias e refrigeradores, computadores e caixas térmicas.

Há muitos exemplos de parceria



Evento na cidade de Piracaia, para entrega de equipamentos

entre empresas, Movimento e prefeituras. A Raia Drogasil é uma das que está atendendo a grande número de cidades, sendo responsável pela infraestrutura para acelerar a imunização em municípios de 25 estados. A Enel Brasil está doando 580 equipamentos a municípios do Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente por meio de investimentos do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e a Natura apoia cidades no Pará.

Já a contribuição da Accenture vai atender 40 cidades em Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Serão distribuídos 244 computadores, 250 câmaras de con-

servação, 78 freezers horizontais e 3.859 caixas térmicas - além dos ultra-freezers.

Outras empresas adotaram um grupo de municípios, como a BRK, que amadrinhou todo o estado do Tocantins e cidades em São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Goiás.

Em Minas Gerais, 275 municípios mineiros vão receber 350 câmaras frias, adquiridas por 40 empresas através da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemig).

No Estado do Rio de Janeiro já foram entregues mais de 100 mil itens para infraestrutura de vacinação em Campos do Goytacazes, São João da Barra, Itaguaí, Mangaratiba, São Gonçalo, Mesquita e Petrópolis. Desse total, a capital carioca recebeu 20 mil itens entre caixas térmicas, estrutura para drive-thru, aventais, notebooks, termômetros, entre outros. Na capital carioca, oito postos drive-thru oferecidos para vacinação contra Covid19 pela prefeitura foram montados com as doações - tendas, mesas, cadeiras e outros itens - feitas por 12 empresas e as associadas da Federação das Indústrias do Rio (Firjan) através do Unidos Pela Vacina.



Jandira também recebeu itens necessários para a vacinação



**SAIBA COMO OBTER ESSE BENEFÍCIO EM
VALEGAS.SP.GOV.BR**

PROGRAMA



**Vale
Gás**

R\$ 300,00




SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO E RESPEITO POR VOCÊ



Serra Negra/SP - Alto da Serra

Turismo

Dados econômicos e projeções indicam retomada no turismo

Faturamento, geração de empregos, movimento de estradas e aeroportos apontam para processo de recuperação com o avanço da vacinação

Passados 16 meses do início da pandemia da covid-19, o setor de viagens e turismo, um dos mais afetados, dá sinais de retomada. Segundo estudo “Cenários de Faturamento e Emprego”, da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado, os resultados positivos e, principalmente, o projetado até o final do ano, têm relação direta com o avanço da vacinação: quanto mais pessoas imunizadas, menor o risco de novas ondas negativas e maior o impacto positivo no consumo de viagens.

A expectativa é que as empresas do setor no Estado encerrem 2021 com o faturamento de R\$ 74,9 bilhões, 16,7% abaixo do resultado de 2019, pré-pandemia — a orien-



Vinicius Lummertz, secretário de Turismo e Viagens

tação da Organização Mundial do Turismo (OMT) é que todos os estudos tenham como parâmetro o ano de 2019.

“O último trimestre de 2021,

quando a população paulista já tiver tomado pelo menos uma dose, o consumo de viagens e turismo será superior a 2019, mas ainda não o suficiente para a recu-

peração total do ano”, disse Vinícius Lummertz, secretário de Turismo e Viagens. “Esse forte retorno se dará pelo aquecimento natural do consumo e pelo represamento das viagens não realizadas devido à covid-19”.

Segundo o secretário, São Paulo tem a vantagem de reunir os dois maiores mercados consumidores de viagens – a capital e o interior paulista – além de uma oferta variada de atrativos para roteiros de curta duração e proximidade, como praias, montanhas e roteiros temáticos, como ecoturismo, aventura e turismo rural, todos ao ar livre.

Na recuperação de empregos o retorno é mais lento, porém também deverá reagir ainda este ano, segundo o estudo. Em 2019 o saldo entre demissões e contratações foi positivo em 50 mil vagas; em 2020 ficou negativo em 128 mil e, para este ano, a expectativa é que o saldo favorável chegue em 87 mil, mesmo com os resultados negativos do primeiro quadrimestre.

PIB – Do final de 2020 até fevereiro deste ano o setor experimen-



Expressão Studio

Brotas / SP - Prática de Rafting

tou uma leve recuperação, interrompida pelo agravamento da pandemia (a segunda onda). A evolução da vacinação e, principalmente, a expectativa de aceleração, agora dão sinais mais consistentes.

Os voos domésticos planejados para julho, para todo o Brasil, foram 72% do total observado em julho de 2019, mas estão 280% acima do volume de julho de 2020. Para agosto a previsão correspon-

de a 76% do índice de 2019 e 235% sobre 2020. Já em setembro a evolução aponta para 81% do total observado em 2019 e 205% a mais que setembro de 2020. No caso das rotas internacionais a recuperação é mais lenta.

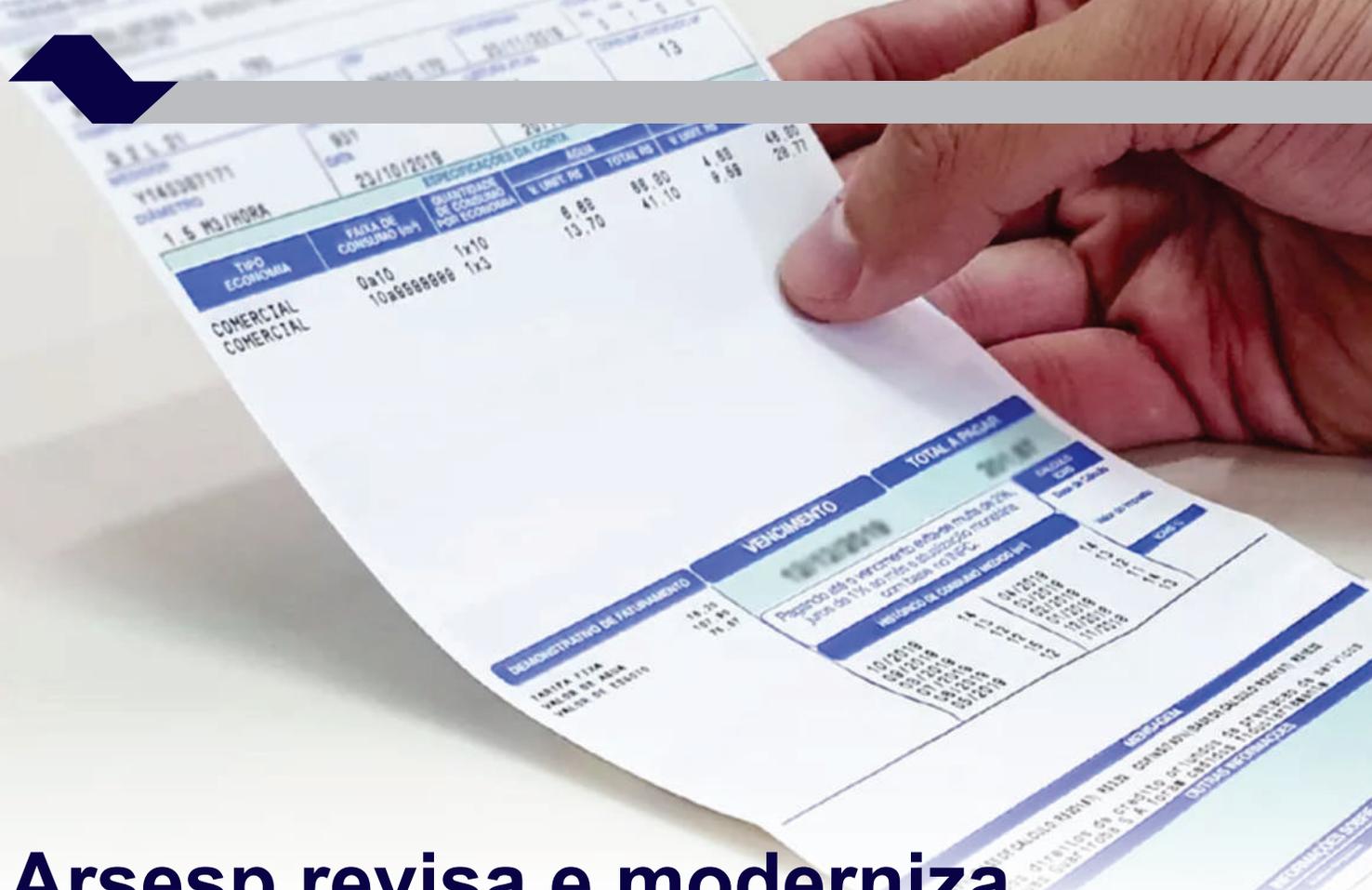
No movimento das estradas, nos finais de semana de maio o movimento ficou 125% acima do registrado no ano passado e em 70% do resultado de 2019. Destinos tradicionais de férias de lazer, como Campos do Jordão, Brotas e Circuito das Águas contabilizam índices de demanda similares ao período pré-pandemia.

Com os principais indicadores apresentando evolução, a expectativa é de que o Produto Interno Bruto (PIB) do turismo no estado feche 2021 em R\$ 216,1 bilhões, 19,8% abaixo de 2019 e 16,1% acima do ano passado, quando toda a produção ficou em R\$ 178,3 bilhões. A participação das viagens e turismo para a economia do estado, que foi de 9,3% em 2019, caiu para 7,2% no ano passado e deve evoluir para 7,8% em 2021.



Expressão Studio

Cananéia/ SP - Ilha do Cardoso - Praia do Pereirinha



Arsesp revisa e moderniza a estrutura tarifária da Sabesp

Em abril, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Arsesp divulgou a Terceira Revisão Tarifária Ordinária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e, atrelada a ela, a revisão da Estrutura Tarifária

Referência brasileira em regulação, a Arsesp - que atua nos setores de gás canalizado e energia elétrica desde 1998 e em saneamento básico desde 2007 – trabalha na revisão da Estrutura Tarifária da Sabesp desde 2018, inclusive com a realização de seminários com a participação de diversos atores do setor.

“A mudança da Estrutura Tarifária da Sabesp é sem dúvida um marco importante para a regulação paulista no setor de saneamento. Como a Estrutura já estava defasada, houve a necessidade de modernizá-la,

já que o modelo então adotado foi instituído pelo PLANSAB (Plano Nacional de Saneamento Básico) na década de 1970”, conta Edgar Perloti, superintendente de Análise Econômico-Financeira. Edgar coordenou todo esse processo, sob o comando de Marcus Vinícius Bonini, diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados e diretor-presidente da Arsesp.

Em entrevista exclusiva à Revista APM, Perloti explicou os principais pontos do novo modelo da Estrutura Tarifária da Sabesp. Confira:

APM: Como foi elaborar todo o Estudo? Mudar a Estrutura Tarifária de uma das mais importantes empresas de saneamento da América Latina não deve ter sido um trabalho fácil.

Edgar: Foi um trabalho com-

plexo. Mas a Arsesp tem um quadro excelente de especialistas e técnicos que se dedicaram por 3 anos para que os usuários da Sabesp tenham a melhor prestação de serviços possível. Esta é a premissa básica da Agência: regular e fiscalizar para garantir o melhor serviço da prestadora ao consumidor.

APM: Do que se trata exatamente a Estrutura Tarifária e qual o porquê dessa mudança?

Edgar: A Estrutura Tarifária é um conjunto de tarifas efetivamen-

“Com a nova Estrutura, a Sabesp passará a utilizar os registros CadÚnico, e mais de 1,5 milhão de domicílios passarão a ser faturados com tarifas reduzidas”



“Em 2022 o usuário pagará o exato volume de água consumido”.

Edgar Perloti, superintendente de Análise Econômico-Financeira.

te aplicadas aos usuários e diferenciadas por segmento (residencial social, residencial, comercial, industrial etc.), por serviço e nível de consumo. A necessidade da mudança se deve ao fato de que a atual Estrutura Tarifária da Sabesp, assim como da maioria dos prestadores de serviços de saneamento no Brasil, data da década de 1970. Poucos ajustes foram feitos ao longo do tempo e a Arsesp já vinha discutindo a necessidade dessa modernização desde os primeiros processos de Revisões Tarifárias. Finalmente, em 2018 foi iniciado o processo de revisão, com diversos seminários que contaram com a exposição do tema por parte da prestadora, de usuários, organizações da sociedade civil, consultores, acadêmicos e outros especialistas no assunto. No início de 2021, a Arsesp apresentou uma proposta de nova Estrutura à sociedade, por meio de consulta e audiência públicas, finalizando o processo.

APM: Quais foram os principais pontos em que a Arsesp se baseou para a elaboração dessa nova Estrutura Tarifária?

Edgar: A primeira e a mais significativa, a meu ver, foi a ampliação da base de usuários de baixa renda beneficiados por tarifas sociais. Com a nova Estrutura, a Sabesp passará a utilizar os registros do Cadastro Único (CadÚnico), base utilizada para os programas sociais. Com essa mudança, ao longo dos próximos anos, mais de 1,5 milhão de domicílios, ou quase 5 milhões de pessoas, passarão a ser faturados com tarifas reduzidas. Trata-se de um importante movimento de inclusão social. Além disso, a tarifa Residencial Vulnerável, nova categoria criada, passará a beneficiar os domicílios cadastrados no CadÚnico com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa, ampliando a base de usuários baixa renda. Outro ponto bastante relevante é a modernização e simplificação da tabela de tarifas, que deixará de incluir a cobrança por consumo mínimo de 10 m³/mês. Em 2022, o usuário pagará o exato volume de água consumido. Assim será também para coleta e o tratamento de esgoto. O usuário só pagará pelo serviço que receber: se receber a coleta, paga

pela coleta; se tem seu esgoto tratado, pagará por este serviço. Isso traz mais credibilidade à empresa e promove mais transparência aos usuários, favorecendo, ainda, o processo de universalização.

APM: E toda esta mudança já começa neste ano?

Edgar: Não. Para evitar a aplicação imediata dos índices tarifários necessários para efetivar todas as mudanças do novo modelo da Estrutura, considerando e respeitando o tempo necessário para a retomada das atividades econômicas afetadas pela pandemia da COVID-19, a Arsesp aprovou um plano de transição das tarifas atuais para as novas tarifas ao longo de quatro anos (2021 a 2024).

APM: E como a nova Estrutura da Sabesp impactará os usuários em geral?

Edgar: As mudanças propostas foram bastante relevantes como a redução do subsídio pago pelos usuários não residenciais para os usuários residenciais, que não sejam de baixa renda. O subsídio cruzado entre regiões também foi tratado e minimizado. Usuários de todos os segmentos que pratiquem o uso racional terão suas tarifas reduzidas, ao mesmo tempo que o desperdício será penalizado na tarifa, com o objetivo de coibi-lo.

APM: Como o gestor municipal pode estar alinhado com a Arsesp nesse novo modelo?

Edgar: Na interlocução com o município por meio de compartilhamento de informações e da divulgação dos canais de atendimento da Arsesp, específicos para usuários. São eles: Energia Elétrica - 0800 727 0167; Gás Canalizado - 0800 77 00 427; Saneamento - 0800 77 16 883; no formulário no site (www.arsesp.dp.gov.br) e pelo e-mail: sau@arsesp.sp.gov.br.



AMITESP agora vai atender na sede da Associação Paulista de Municípios

O dia 25 de maio marcou o início de uma nova história para a Associação das Prefeituras dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo (AMITESP). Nessa data foi formalizada uma parceria com a Associação Paulista de Municípios (APM) que disponibilizou espaço em sua sede, no Itaim, em São Paulo, para atender as demandas de interesse da entidade.

Autoridades estaduais e federais, além de prefeitos de várias cidades, participaram desse encontro, dando inícios aos trabalhos da AMITESP nas dependências da APM.

A utilização pela AMITESP nesse novo endereço, na APM, será um marco na representação dos interesses do turismo no Estado de São Paulo, a defesa do municipalismo e a luta constante para que as cidades estejam unidas no mesmo objetivo. A parceria fortalece os laços de união das duas instituições em um único local fortalece ainda mais as pautas comuns e reforça o protagonismo dos municípios.

“Tenho certeza que esta é uma parceria que vai render muitos frutos. A casa dos municípios em São Paulo agora ficou maior. Sejam todos bem vindos!”, ressaltou o presidente da APM, Fred Guidoni, durante saudação aos dirigentes da entidade que luta pelo turismo nos municípios paulistas.

“Temos que caminhar juntos, porque o objetivo que une a APRECESP, a AMITESP e a



Murilo Pinheiro, Fred Guidoni

APM é o desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo”, falou o presidente da APRECESP, Marquinho Oliveira.

“Estamos felizes, a presença dessas autoridades que aqui estão e a parceria com a APM demonstra credibilidade em nossa Associação, estamos conseguindo avançar para assim dar visibilidade a todos os nossos associados e nos preparar para trilhar na retomada do turismo no Estado,” concluiu o presidente da AMITESP, Murilo Pinheiro.

A Associação das Prefeituras dos Municípios de Interesse Turís-

tico do Estado de São Paulo foi criada após a sanção da Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, que instituiu os MIT's – Municípios de Interesse Turístico no Estado. Seu intuito é o de unificar, dar suporte e estrutura às cidades assim intituladas em torno da valorização do turismo.

Desde a sua formação, a Associação tem sua representatividade reconhecida pelo Governo do Estado de São Paulo e seu principal objetivo é a defesa dos interesses de tais municípios junto aos órgãos superiores em qualquer esfera de poder.

Sebrae-SP lança programa Consórcio Empreendedor

Serão oferecidos produtos e serviços gratuitos para ajudar a dar escala a políticas públicas em prol do empreendedorismo e ambiente de negócios

Com o objetivo de dar escala regional às políticas públicas de desenvolvimento de base empreendedora, por meio da integração de municípios, o Sebrae-SP lança o programa Consórcio Empreendedor. A iniciativa contempla uma série de produtos e serviços para ajudar na constituição e fortalecimento de consórcios públicos intermunicipais, aperfeiçoar políticas públicas de empreendedorismo e estimular a cooperação em regiões com potencial para políticas consorciadas.

O programa é gratuito e está alinhado ao compromisso do Sebrae com a retomada econômica. “O propósito deste trabalho é a união de Prefeituras Municipais na atividade consorciada pelo crescimento econômico. Se temos grupos de prefeituras que atuam em conjun-



Wilson Poit, superintendente do Sebrae-SP

to, damos escala às políticas públicas e, mais do que isso, aos resultados. Vamos trabalhar para fortalecer as lideranças e estimular a cooperação em regiões”, destaca o diretor-superintendente do Sebrae-SP, Wilson Poit.

O Consórcio Empreendedor vai contar com uma equipe de consultores para trabalhar ao lado de prefeitos e prefeitas para ajudar no planejamento e acompanhamento de ações para desburocratização do ambiente de negócios, inovação da agenda pública e empresarial, contribuir para o acesso dos pequenos ao mercado de compras

governamentais e ampliar a atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

“O perfil sócio demográfico do Estado de São Paulo nos permite compreender que a atividade consorciada não é mais uma tendência, mas sim uma obrigação por fazer. A nova lei de licitações e os programas governamentais já sinalizam que os municípios pequenos estejam adaptados ao instrumento jurídico de consórcios multifinalitários”, afirma Beatriz Gusmão, gerente de Políticas Públicas do Sebrae-SP.

O trabalho será focado em oito eixos temáticos: governança do desenvolvimento regional, desenvolvimento e comunicação institucional de consórcios, liderança e gestão pública regional, desburocratização e melhoria do ambiente de negócios, inovação no setor público, inclusão produtiva e cooperativismo/associativismo, compras públicas e educação empreendedora. Outras informações sobre o programa podem ser acessadas no site consorcioempreendedor.sebraesp.com.br.



FEAPAES-SP: HiperCap Litoral beneficiará APAES paulistas

O acordo operacional com a Capemisa Capitalização irá contribuir diretamente com oito APAES da região de venda do título e também com todas as APAES paulistas por meio do assessoramento técnico, capacitação profissional e do Fundo de Projetos.

A Federação das APAES do Estado de São Paulo (FEAPAES-SP), está em constante articulação com o setor privado, visando parcerias que contribuam com a sustentabilidade financeira das APAES paulistas.

Desde 2016 a FEAPAES-SP, que já tem um case de sucesso por meio de arrecadação via títulos de capitalização como o Vale Cap, foi em busca de novos produtos nesse mesmo segmento dentro território estadual, nesse sentido no final de 2020 a Dra, Cristiany de Castro, presidente da FEAPAES-SP naquele momento, iniciou as negociações para que a federação paulista se tornasse a instituição beneficiada com a venda do título de capitalização Hiper Cap Litoral que é comercializado na Baixada Santista e emitido pela Capemisa Capitalização.

“Estamos em uma crise mundial sanitária e econômica devido a pandemia da Covid-19, o que acarreta um prejuízo de receitas em todas as esferas da economia, e para as APAES não é diferente, especialmente porque suas principais fontes de recursos, que são: as doações de pessoas físicas, as parcerias com o setor público e privado e a realização de eventos, também estão afetadas. Por isso, a FEAPAES-SP não está medindo esforços para conseguir novas parcerias, e entendendo



Reunião com APAES da Baixada Santista para apresentar a parceria

que os títulos de capitalização são uma grande oportunidade de mobilização de recursos, as articulações foram intensas. É uma vitória conseguirmos ampliar a arrecadação em um momento tão difícil”, explica a presidente da FEAPAES-SP, Vera Lúcia Ferreira.

Hiper Cap Litoral

A parceria foi formalizada no dia 25 de janeiro, nos mesmos moldes do Vale Cap, visando contribuir com a qualidade de vida de mais de 70 mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla do estado de São Paulo. A comercialização teve início no dia 3 fevereiro, e irá beneficiar diretamente oito APAES que estão localizadas na região da Baixada Santista: Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Itanhaém, Peruíbe, Bertiooga e Mongaguá.

O Hiper Cap Litoral também irá

contribuir com todas as demais APAES do Estado, conforme resolução aprovada na reunião da diretoria executiva, conselho fiscal e conselhos de administração da FEAPAES-SP, haja vista que será destinado 15% dos valores líquidos arrecadados (subtraindo o percentual obrigatório de repasse para a Federação Nacional das APAES) para o Fundo de Projetos – plataforma de financiamento de ações das APAES paulistas.

As APAES também são beneficiadas por meio do assessoramento nas áreas da assistência social, educação, gestão, saúde e jurídico. Além das capacitações e grandes eventos promovidos pela FEAPAES-SP, ações que a instituição só consegue promover devido as parcerias.

Vera Lúcia Ferreira é presidente da FEAPAES-SP.

Cidades inteligentes, sustentáveis e resilientes: Por que as árvores caem?

Por Reinaldo Araújo de Lima; Sérgio Brazolin; Giuliana Del Nero Velasco

Em várias cidades do mundo, a queda de árvores ou de seus galhos é um problema crítico, principalmente, naquelas em que a arborização não foi planejada. Por falta de uma gestão adequada e efetiva, torna-se comum as manchetes de quedas de árvores nas cidades (Figura 1), com maior evidência, no período de verão, quando ocorrem chuvas e ventos fortes (BRAZOLIN, 2009; PEREIRA et al, 2011).

Podemos elencar alguns fatores associados à queda de árvore, dividindo-os em três grupos, sendo:

(i) Fatores intrínsecos, que estão relacionados ao ser vivo árvore, tais como: a arquitetura da copa; as propriedades físicas e mecânicas do lenho; a resistência ou suscetibilidade natural do tronco à biodeterioração; a inclinação acentuada do tronco; as tensões de crescimento, que podem desenvolver rachaduras em seu tronco; o peso próprio, que aumenta significativamente com o crescimento da área de copa ou por maior retenção de água das chuvas; medidas dendrométricas (tamanho da árvore).

(ii) Fatores extrínsecos, que se relacionam ao meio externo, tais como: o tipo de solo e as suas propriedades mecânicas, além de seu estado de compactação ou de umidade excessiva; os ventos, principal esforço solicitante relacionado à queda de árvore; patógenos e pragas que afetam a saúde da árvore levando ao declínio ou morte; organismos xilófagos (que se alimentam de madeira), tais como os fungos apodrecedores, cupins e brocas de madeira; e as condições de entorno como as instalações sub-



Figura 1 - Queda de árvore de grande porte sobre carro em São Paulo. (Fonte: noticias.r7.com - consulta em 05/02/2020.)

terrâneas de água, gás e esgoto, os equipamentos urbanos, a rede elétrica aérea que podem restringir o crescimento do sistema radicular, tronco e copa das árvores, submetendo-a a uma condição de suscetibilidade à ação do vento.

(iii) Ação antrópica, que atinge a árvore de forma direta ou indireta, como: o plantio de espécies em locais inadequados; a falta de conhecimento para o plantio e preparo da cova; as podas inadequadas que descaracterizam e desequilibram a árvore; o descaso na seleção de mudas de qualidade; os danos causados como as feridas/injúrias no tronco e/ou galhos; caiação, fixação de objetos e preenchimento de cavidades com material inapropriado.

Dessa forma, na avaliação das árvores, há necessidade da aplicação de critérios técnicos para o correto diagnóstico do risco de queda e garantia da integridade das pessoas, veículos e edificações

(BRAZOLIN & TOMAZELLO-FILHO, 2016).

Para diminuir as incertezas relacionadas ao risco de queda de árvore, é fundamental a utilização de novas tecnologias para se obter o melhor diagnóstico, tais como os equipamentos não destrutivos para análise interna do tronco das árvores (tomógrafo e penetrógrafo), que permitem a identificação e quantificação de processos de apodrecimento ou cavidades causadas pelos cupins, associados à ruptura das árvores (Figura 2).

A falta de planejamento, de informação técnica e de treinamento dos técnicos das prefeituras ou empresas prestadoras de serviços podem ser caracterizados como fatores recorrentes associados à baixa qualidade da arborização urbana. Portanto, sistemas ou softwares são ferramentas imprescindíveis para o diagnóstico das árvores e gestão pública inteligente e inovadora; urge a necessidade



Figura 2 – Equipamentos de análise interna de árvores: tomógrafo de impulso (A) e penetrógrafo (B)

de realização do inventário arbóreo qualitativo e quantitativo, para a criação de metas, indicadores ambientais e programas de melhoria.

Neste contexto, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas desenvolveu a Solução Tecnológica ARBIO, fruto da relação de 20 anos com diferentes prefeituras no Brasil e de know how de pesquisa,

conhecimento e expertise no tema arborização urbana. O ARBIO é um software disponível em múltiplas plataformas (web e móvel), que permite: a realização de inventário e; definição do manejo ou cuidados necessários; planejamento de novos plantios; e registro de queda de árvores. A coleta de dados das árvores em campo é fei-

ta pelo appARBIO, desenvolvido para smartphones e tablets com sistema operacional Android.

O ARBIO contempla uma ferramenta exclusiva e inovadora para a análise de risco de queda de árvore – um modelo de cálculo estrutural para predição do risco de queda de árvores (probabilidade de ruptura no tronco), considerando 12 diferentes velocidades de vento (Figura 3). Essa ferramenta auxiliar permite ainda a simulação e visualização do comportamento ou estabilidade da árvore em diferentes cenários de tamanho e deterioração, auxiliando na tomada de decisão.

Como ferramenta de planejamento e gestão, o ARBIO conta com um mapa que ilustra a localização das árvores inspecionadas na cidade, plotadas por cores que sinalizam a prioridade de manejo/risco (baixo ou alto) e destaque dos outros atributos importantes da arborização urbana (Figura 4). Pensando no gestor público e na necessidade de comunicação com a sociedade, um dashboard (painéis de indicadores) foi criado para a visualização dos dados das árvores e dos serviços de zeladoria realizados, em tempo real (Figura 5). Esta ferramenta auxilia a cidade na definição do manejo necessário, prevenindo eventuais quedas e gerindo melhor a sua arborização. Além disso, permite estabelecer um programa de manutenção preventiva e planejar a verba necessária para os cuidados necessários.

O IPT ressalta a importância das cidades elaborarem seus Planos Diretores de Arborização Urbana e real aderência ao Programa Município Verde e Azul do governo do estado de São Paulo. O aprimoramento do corpo técnico e o uso de ferramentas modernas de gestão permitirão maximizar os serviços ambientais prestados pelas árvores, como conforto tér-

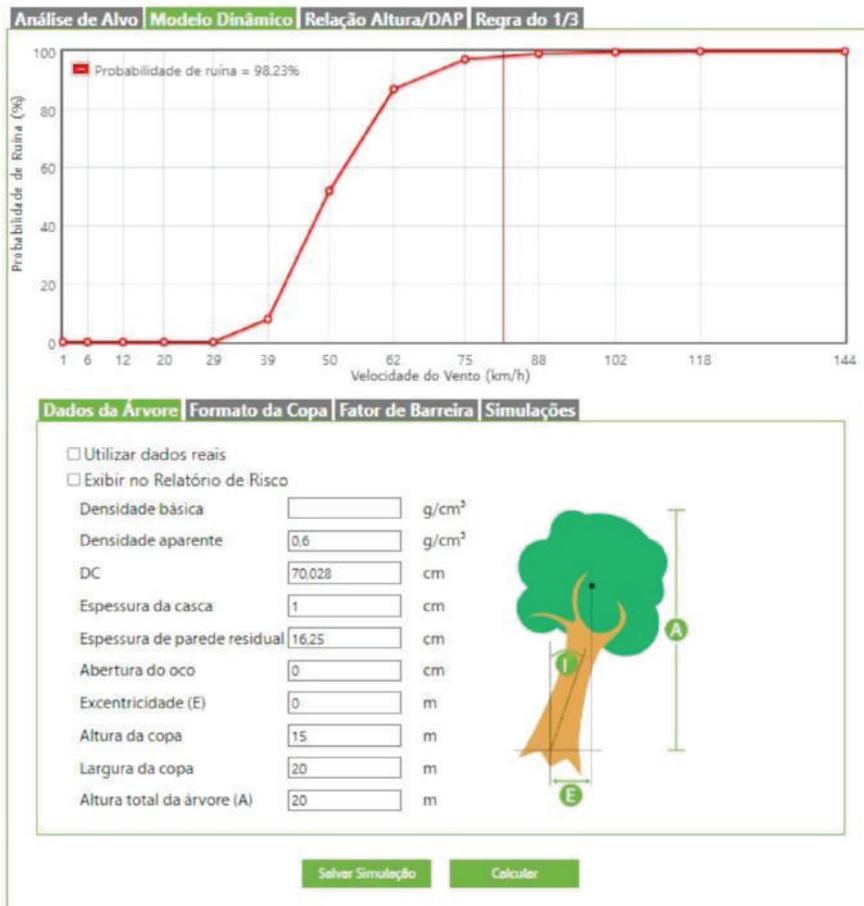


Figura 3- Modelo dinâmico. O gráfico aponta a probabilidade de queda da árvore frente a 12 diferentes velocidades de vento. (fonte: IPT 2021)



TCU

Prevenção à corrupção: Municípios têm até 18 de agosto para aderirem

Consultoria gratuita terá estruturação de mecanismos de prevenção e relatório sigiloso

O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) é uma proposta inovadora adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abra-com), Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

No Estado de São Paulo, o trabalho está sendo conduzido pelo Fórum de Combate à Fraude e Corrupção do Estado de São Paulo (FOCCO-SP), por meio de Ação exclusivamente dedicada ao Programa, composta por representantes de diversos órgãos de controle, entre eles as unidades do TCU, da CGU e da Receita Federal no Estado, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público de Contas, a Ouvidoria-Geral do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e várias Controladorias Municipais. A iniciativa conta, também, com o apoio da Associação Paulista dos Municípios e da União dos Vereadores

**GESTOR MUNICIPAL,
CHEGOU A HORA
DE OLHAR PARA A
CORRUPÇÃO COM
OUTROS OLHOS,
OS SEUS.**

Você é essencial para prevenir e impedir o avanço da corrupção no Brasil. Acesse o site e conheça o programa www.rededecontrole.gov.br

**PROGRAMA NACIONAL DE
Prevenção à Corrupção**

Iniciativa: **Rede de Controle da Gestão Pública**
Consultoria para o setor público e controle público efetivo

ENCCLA
2013



dores do Estado de São Paulo.

O PNPC foi concebido para proporcionar ao gestor uma maior segurança para a tomada de suas decisões quando for assinar qualquer documento, um contrato ou for autorizar pagamentos, com o sentimento de que se encontra em um ambiente regido pela ética e integridade e que a sua organização está protegida, está vacinada contra a fraude e corrupção. Nessa linha, o programa possui caráter eminentemente orientativo e pedagógico, e não servirá para propósitos outros que não ao estímulo à redução da suscetibilidade à corrupção das organizações públicas do país, sem rankings ou quaisquer outros meios de exposição dos dados individuais, mas tão somente a divulgação dos números que traduzem os resultados consolidados, para o mapeamento das deficiências gerais que requeiram ajuda com orientações e treinamentos disponibilizados pelos órgãos que compõem as redes de controle e seus parceiros.

Esse Programa oferece o siste-

ma e-Prevenção, uma plataforma contínua de autosserviço e autodiagnóstico, um sistema bastante amigável, com perguntas de fácil compreensão, e que ainda conta com todas as orientações necessárias para que os gestores e suas equipes percebam onde estão as fragilidades, o que está faltando e como podem fazer para adotar controles preventivos. Essa plataforma estará permanentemente aberta, a partir de agora, à disposição do gestor, para que ele possa acompanhar a evolução da sua organização. Com uma plataforma completamente online e gratuita, o e-Prevenção avalia os possíveis pontos mais vulneráveis à corrupção, a partir do diagnóstico um plano de ação específico e adequado às necessidades da entidade é formulado. Os gestores passam a ter acesso à ferramenta que oferece às organizações a oportunidade de se auto avaliarem e verificarem o quanto estão suscetíveis à ocorrência de fraude e corrupção em suas estruturas.

Inicialmente o período de ade-

ção e resposta do questionário do e-Prevenção se encerraria no dia 31 de julho. No entanto, de modo que mais organizações possam aderir, esse período foi prorrogado até o dia 18 de agosto.

Nas palavras do Secretário do TCU no estado de São Paulo, e Coordenador da Ação do FOCCO-SP dedicada ao Programa, Hamilton Caputo Silva, “embora o prazo tenha sido prorrogado, é fundamental que os dirigentes municipais acessem a plataforma e-Prevenção e iniciem o processo de autoavaliação da organização com brevidade, uma vez que o questionário aborda uma razoável quantidade de questões, que tratam de variados assuntos relacionados ao tema”. Segundo o Secretário, todas as prefeituras municipais do estado receberam um e-mail contendo o link para acesso à plataforma, bem como orientação no sentido de que, em caso de não recebimento, entrem em contato com tcsp Prevencao@tcu.gov.br, ou pelo telefone (11) 3145-2600.

Hamilton Silva destaca, como vantagens para os municípios que aderirem ao trabalho, o fato de estarem ganhando uma consultoria gratuita para estruturação de mecanismos de prevenção e combate à corrupção, e de poderem contar com um relatório individual e sigiloso com todos os seus pontos fortes e fracos em relação a essa temática, possibilitando-lhe fortalecer o que precisa ser fortalecido e corrigir o que precisa ser corrigido. Em última instância, segundo assevera, a principal vantagem advém do fato de que a implantação de boas práticas de integridade garante uma maior tranquilidade para o gestor sério, que passa a contar com boas linhas de defesa em sua gestão.



Conheça o Instituto INOVA

O Instituto INOVA, criado em 2008, é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), voltada à criação, gestão e desenvolvimento de ambientes e soluções inovadoras para as esferas públicas e privadas.

Ao longo do tempo, o INOVA já estabeleceu alianças estratégicas com diversos stakeholders, além de parcerias com órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), pequenas, médias e grandes empresas de base tecnológica e inovação, instituições de P&D - nacionais e internacionais, universidades, centros de pesquisa, órgãos de fomento e fundos de investimentos, sempre como foco na geração de soluções e negócios com propó-

sitos que possam impactar a sociedade positivamente.

Somos os responsáveis pela concepção e gestão do primeiro parque tecnológico no modelo PPP (Parceria Público Privada) do Brasil, o que fez do Instituto INOVA uma organização reconhecida inclusive internacionalmente. Diversos representantes e missões de entidades dos setores, público e privado, visitam o INOVA anualmente para conhecer o Projeto. Nossa contribuição ao desenvolvimento de ambientes inovadores foi destaque e participamos como case no evento Connect Smart Cities, no painel “Ecosistemas de Inovação”, como melhores práticas para o desenvolvimento das cidades.

O Instituto INOVA, atualmen-



te, situado na Região Central do Estado de São Paulo, no Parque Ecotec Damha, integrante do ecossistema de inovação Sancahub, denominação geográfica conferida a São Carlos, favorece a integração de atores geradores de conhecimento, inovação, tecnologia e negócios, considerado um dos principais hubs de inovação do país.

O INOVA, dada sua vocação, também, ao empreendedorismo, abriga empresas de tecnologia que contribuem com soluções para

desafios da humanidade, como produção de alimentos e energia, habitação, saúde, economia criativa e soluções para cidades inteligentes, por meio da transformação do conhecimento em riqueza, gerando desenvolvimento econômico e social local e regional.

Para tanto, o INOVA se identifica, organizacionalmente, como uma comunidade que valoriza a inovação, a diversidade e a sustentabilidade.

Projeto de destaque e que vem ganhando relevância no cenário nacional, concebido e gerido pelo INOVA, com a participação de parceiros (tais como: FINEP, USP, UFSCar, Prefeitura Municipal de São Carlos, dentre outros) o CITESC - Centro de Inovação e Tecnologia em Saúde - unidade de São Carlos tem por missão acelerar resultados de pesquisas científicas em áreas médicas e farmacêuticas, e assim se tornar uma referência na área da saúde em produção de equipamentos, validação, licenciamento, soluções às demandas sociais e acesso a mercados de produtos inovadores para a saúde. Transformar o conhecimento gerado nas universidades em soluções para as dores da sociedade.

Dado cenário atual do Brasil, o INOVA tem, desde junho de 2020, focado suas energias nas demandas sociais acarretadas pela crise pandêmica mundial, social e econômica



*Bruna Boa Sorte,
presidente do Instituto Inova*

ca pelo qual os municípios brasileiros vem sofrendo, agravada pela COVID-19. Para tanto, criou o Centro de Desenvolvimento e Treinamento para Tecnologias e Procedimentos de Reabilitação de Pós Covid-19. O Projeto tem por propósito congrega profissionais de instituições de pesquisa e ensino para o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem soluções para problemas emergentes da sociedade brasileira e mundial, de um modo geral. Construído para facilitar o desenvolvimento e introdução de novas tecnologias, a infraestrutura formada no CITESC está atenta ao problema sanitário instalado no mundo, que afeta a população e as cidades diretamente.

Conforme destacado pela Presidente do Instituto INOVA, Bruna Boa Sorte, desde o início, novas

tecnologias para saúde foi um os pilares escolhidos para atuação do INOVA. Portanto, considerando o momento atual, o INOVA e Parceiros, enquanto gestor do Centro de Inovação e Tecnologia em Saúde - CITESC se propõe a constituir, em prol à sociedade brasileira, um Centro de Desenvolvimento e Treinamento para Tecnologias e Procedimentos de Reabilitação de Pós Covid-19, necessidade premente e urgente à estrutura municipal e estadual de saúde. Vale considerar não apenas a infraestrutura destinada ao Projeto é adequada, como, também, a cidade de São Carlos, a qual possui o maior número de especialistas desenvolvendo tecnologias reabilitadoras em todo o território nacional.

Com um Centro que permite testar novas propostas de reabilitação, treinar os profissionais da saúde e difundir essa metodologia para todos que necessitam, o INOVA, por meio do Centro de Desenvolvimento e Treinamento para Tecnologias e Procedimentos de Reabilitação de Pós Covid-19, proporcionará esperança e busca por resultados eficazes às sequelas deixadas para a população brasileira acometida pela doença COVID-19.

Seguimos fortes na construção de um Estado e um País com menos desigualdades sociais.



Instituto Inova

www.institutoinova.org.br

Instagram:

@instituto_inova

e-mail:

contato@institutoinova.org.br

Endereço:

Avenida Almir Villas Boas, 1100,
Parque Tecnológico
Damha I, São Carlos/SP

Desafios que trazem oportunidades

2021 é o primeiro ano de mandato municipal, ano em que se deve planejar, planejar muito, principalmente por estarmos num evento que nos trouxe tantas incertezas: a pandemia do Covid-19

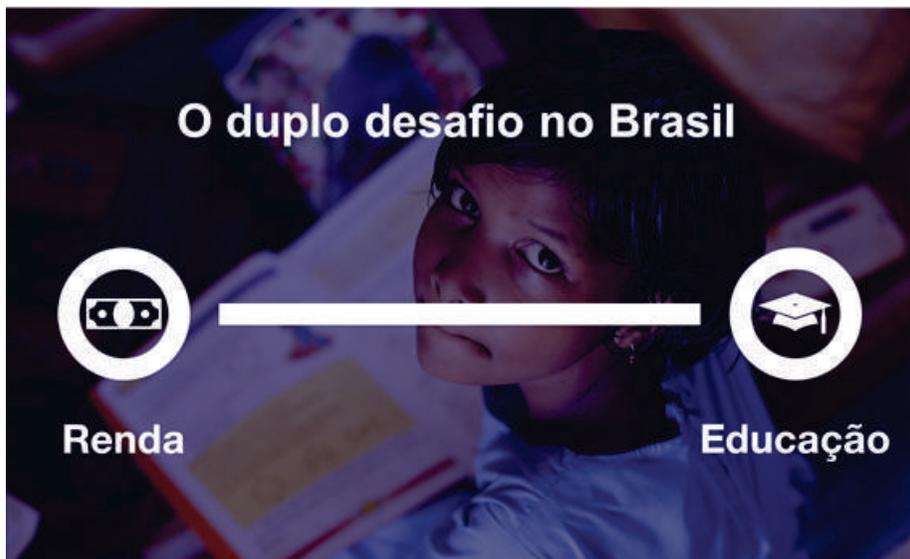
Os transtornos sem precedentes causados pelo coronavírus na saúde serão irreversíveis e apesar dos números de contaminados e mortos serem alarmantes, já podemos ter um fio de esperança com o aumento da cobertura vacinal.

A grande questão neste momento é como a situação atual exacerba as desigualdades sociais, o desemprego, a pobreza, a dificuldade de aprendizagem dos alunos, o impacto socioemocional em crianças e jovens e o abandono escolar.

Milhares de famílias viram sua renda despencar, milhões de alunos foram levados a aulas remotas ou ficaram sem aula. Todos os 5.570 municípios do Brasil sofrem com essa situação.

Segundo o levantamento feito pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) mais de 200 milhões de pessoas podem ficar desempregadas no mundo até 2022. O crescimento do emprego projetado será insuficiente para fechar as lacunas ampliadas pela crise da Covid-19, empregos formais para todos não será uma realidade. Os dados mais recentes do Relatório Luz da Sociedade Civil (2021) apontam que 55% dos brasileiros estão em situação de insegurança alimentar, são 113 milhões de pessoas que não sabem se terão o que comer no dia seguinte.

Quando falamos sobre Educação, segundo relatório do Banco Mundial, as perdas em Educação



correspondem a 1,3 ano de atraso de escolaridade, ou seja, o estudante terá um retrocesso no conhecimento de mais de uma série anterior a que é correspondente à sua idade. Com um tempo maior de escolas fechadas, essa defasagem pode subir para 1,7 ano de escolaridade.

Enquanto muitos lamentam esses infortúnios e dificuldades ora enfrentadas, poucos aproveitam para investir e garantir um melhor futuro.

É claro que empregos foram perdidos, mas outras oportunidades se abriram, com novas atividades sendo criadas e novos modelos de trabalho implementados. A ideia de que os empregos estão onde se vive deve ser desconstruída, hoje mais do que nunca, é possível serviços, produzir produtos e vender nas mais diversas localidades, até mesmo em nível nacional, sem ter que sair de casa. Grande parte disso se deve ao aumento do uso da internet, que se fez ainda mais necessária durante a pandemia e que ampliou as formas de renda

independente, que podem através de aplicativos e marketplaces (Getninjas, iFood, Elo7, Mercado Livre, entre outros).

Não podemos esquecer que a Educação foi fundamental para o desenvolvimento social e econômico brasileiro nas últimas décadas e alinhada a Geração de Renda pode se tornar a ferramenta de recuperação e progresso do país pós pandemia, contando com esforços e recursos que estão disponíveis, já que diversos municípios ainda têm grande parte dos recursos de uso obrigatório na Educação disponíveis. Nesse momento tão importante deve-se instigar o espírito de investir para economizar, nenhum gasto público social contribui tanto para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) quanto os que são aplicados em educação.

Mas apenas investir em educação sem perspectiva não resolverá os problemas. Mesmo com recursos disponíveis, áreas como a EJA (Educação de Jovens e Adultos) continuam sem atenção e tiveram dificuldades históricas agravadas



pela pandemia. Num país onde a necessidade de trabalhar é o principal motivo apontado como explicação para o abandono dos estudos (PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), não se deve recorrer aos modelos educacionais antigos. O público potencial da EJA passa de 80 milhões, devemos explorar o que estiver mais próximo da realidade desse públi-

co. A possibilidade de capacitação a distância e assíncrona deve ser usada a favor daqueles que mais precisam, estudar pelo celular pode ser a única opção para muitas dessas pessoas. A conexão com a renda não deve ser tratada apenas como um valor a ser agregado ou uma simples matéria da grade escolar, o ideal é conectar essas pessoas de forma rápida, e em muitos casos

com urgência para que elas alcancem as oportunidades de renda que surgiram, e tudo isso pode ser feito utilizando os recursos remanescentes do Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Agora mais do que nunca, explorar e investir nos meios que podem auxiliar as pessoas, as famílias, a sociedade e as próprias cidades a saírem de um ciclo negativo para prosperarem num ciclo virtuoso se faz completamente necessário. Com os recursos da Educação sendo direcionados a EJA podemos apoiar as pessoas sem renda com capacitação de forma rápida e efetivar a geração de renda, seja através das plataformas online oferecendo serviços e produtos ou aderindo a diferentes formas de trabalho autônomo.

No dia 31 de dezembro de 2024 orgulhe-se por ter superado dois dos nossos maiores desafios, orgulhe-se por ter investido em ações de Educação e Renda.

Aproveitando as exigências para a elaboração das peças orçamentárias, LDO, PPA e LOA, o momento é propício para sinalizar o objetivo que se quer chegar, qual será o seu legado para os municípios, qual cidade você quer entregar para seu sucessor e ao final ser recompensado com o excelente serviço prestado.

Ricardo Bulgari é consultor da Mind Lab, há 25 anos ministra cursos e treinamentos por todo o País para servidores públicos de órgãos das três esferas de governo, realiza diversos trabalhos de Auditorias e Consultorias para órgãos públicos.



Educação 5.0, pós-educação 4.0: s números ou entregas de valor para

Parte I: Educação 4.0

O tradicional modelo de aprendizagem em salas de aula com lousa, giz e papel já não é suficiente para atender às necessidades das novas gerações de alunos, e nem para acompanhar as evoluções do mundo atual. Este cenário, que já era conhecido como tal e que a inércia decorrente de três séculos de cultura não conseguia mudar, foi abrupta e radicalmente transformado a partir do mês de março de 2020, quando mais de 300 anos da escola que conhecíamos foram definitivamente encerrados.

A escola como tal “criada entre os séculos 18 e 19, que contava com profissionais formados no século 20, para atender a estudantes do século 21” (LOBATO, 2017) despediu-se de nós, mas a saga dos docentes que abraçaram e encararam os novos desafios, da noite para o dia, os gestores que ao invés de se intimidarem transformaram proble-



mas em soluções para suas escolas e os coordenadores e especialistas que não deixaram de prestar todo tipo de apoio ao novo contexto, podem ser considerados como os construtores de uma Escola Ubíqua.

Sim, ubíqua, pois passou a estar em toda parte, na palma das mãos dos estudantes usando os seus celulares (quando têm algum acesso à Internet!), nos laptops por vezes surrados dos docentes, ou em situações mais apropriadas, rompendo com as limitações físicas dos anti-

gos muros das escolas brasileiras. Ali começava a surgir a escola onipresente, com educação oscilante presencial, não presencial, chamada de ‘híbrida’, com educação à distância que, de fato, nunca foi, mas sim a gênese de uma ‘Educação Mesclada’ que começava não mais diferenciar digital de não digital, presencial de não presencial, e outros cenários que foram se apresentando a cada momento e a cada novo desafio.

Por esta perspectiva, o que se mostrava como grande ameaça, como de fato vem sendo no que tange aos aspectos da saúde pública, foi sendo transformado por ação resiliente e criativa de muitos e muitos profissionais da educação, em novas formas de gerenciar a informação, a comunicação, a colaboração e o conhecimento. Contando com plataformas e mídias digitais (e isso não é tecnologia, pois tecnologia não se usa, mas se utiliza já que é, deveras, a mais importante função da consciência humana, aqui definida como interação cérebro-mente), gestores, educadores, especialistas, estudantes e suas famílias, talvez sem



omente a sociedade?

se dar conta, começavam a criar a autêntica escola do século 21, a Escola Ubíqua, embalada por uma Educação Mesclada conforme definida acima.

Este momento em que se evidencia a criação social de um novo paradigma para a escola e a educação vale recorrer, rigorosamente, ao conhecimento científico para sairmos do perigoso pântano do achismo e das concepções de senso comum. Por isso se volta aqui ao modelo teórico da Educação 4.0 que se baseia em 4 pilares referenciais que sustentam processos de inovação nas escolas, a partir de: 1) uma visão sistêmica (Modelo Sistêmico de Educação - MSE); 2) de conhecimentos de base científica para dar suporte aos processos de ensino-aprendizagem, desde sua autoria e avaliação, passando por mediação qualificada do educador (pilar da Educação Científica e Tecnológica - ECT); 3) de Engenharia e Gestão do Conhecimento - EGC, pois hoje temos uma engenharia do conhecimento que, por exemplo, esclarece como as pessoas aprendem, o que diferencia o conhecimento tácito do explícito, e como as mídias podem contribuir no desenvolvimento humano, além

de nos ajudar muito a conceber e realizar processos aprendizagem por competência e, por fim, contamos com o quarto pilar da 4) Cibernetização - CBQ, que nos instrui a respeito da ruptura da antiga separação entre o espaço físico e o digi-



tal, e dos lugares e ciberlugares onde se dá a interação humana, de modo que hoje podemos desfrutar da dualidade benéfica que integra nossa comunicação presencial à remota.

Além disso, na Educação 4.0 se pratica com maior frequência o ‘learning by doing’ (aprender fazendo). Isso significa que os alunos ao aprender estarão integrando prática e teoria simultaneamente. O ambiente escolar se torna mais cola-



borativo e dinâmico a partir desta perspectiva, propiciando inclusive o desenvolvimento das chamadas ‘Soft Skills’ e aplicação de inteligência distribuída, por processos de aprendizagem conduzidos por PBL (‘, isto é, aprendizagem base-

ada em problemas), por PLL (‘Project-Led Learning’, ou aprendizagem conduzida por projetos) e de outras metodologias chamadas ‘ativas’ por colocarem o estudante no centro da ação criativa e laborativa.

Parte II: Educação 5.0

No que diz respeito à Educação 5.0, se pode pensa-la e aplicá-la como uma evolução do conceito da Educação 4.0 que, ao contar com os quatro pilares anteriormente referidos, passa a sustentar de forma sistêmica modelos inovadores de educação e ensino-aprendizagem voltados para a promoção do pleno desenvolvimento humano e de uma sociedade efetivamente sustentável (Sociedade 5.0).

O conceito de Sociedade 5.0 surgiu no Japão em 2016, e seu principal objetivo é utilizar o valor criativo-lógico (tecnológico) humano para melhorar a qualidade de vida das pessoas, a partir da identificação de novos desafios e necessidades. A proposta é de que recursos ciberfísicos, como Big Data, Inteligência Artificial, Realidades Aumentada e Virtual, BlockChain e outras plataformas de mídia que sustentam a chamada Revolução



Industrial e de Serviços 4.0 possam ser integrados às áreas mais humanas, como gestão de pessoas, por exemplo e inúmeras outras aplicações que vão das áreas técnicas específicas à medicina e saúde, passando pelas engenharias, humanidades e artes, apenas para citar algumas.

A promoção da Educação 5.0 nas escolas se sustenta sobre os pilares da Educação 4.0, mas vai além, promovendo melhor gestão, docência criativa e colaborativa preparando o docente para ser autor, mediador e promotor de inovação continuada dos processos educativos, contando ainda com inserção de soluções e mídias educacionais analógicas, digitais e ciberfísicas. A Educação 5.0 valoriza e sustenta o aprendizado ativo e colaborativo, colocando o estudante no papel de protagonista, sem se descuidar de sua formação integral e sustentável e das boas práticas de empreendedorismo, que são elementos que precisam estar presentes na cultura escolar que formará cidadãos para desafios ainda nem sequer conhecidos, e para profissões que ainda serão inventadas nesta e nas próximas décadas.

Portanto, embora o conceito ainda esteja em desenvolvimento e em debate por especialistas de várias áreas do conhecimento, já é possível entender como a Educação 5.0 tem forte relação com desenvolvi-

mento humano e social sustentável, com a cultura empreendedora e a construção da Sociedade 5.0.

Para que o escopo amplo e complexo das expectativas constantes nestes tempos para a escola possa ser compreendido e atendido faz-se necessário e de fundamental importância a promoção de programas de gestão da inovação, contemplando a criação de planos estratégicos e tático-operacionais, considerando a importância de se levar em conta que cada unidade escolar apresenta suas próprias peculiaridades culturais. Além disso é entendido como uma ação imperativa e indispensável a criação de programas de educação e formação continuada para docentes, alinhados aos planos estratégicos e tático-operacionais definidos pela rede de educação e entendidos em suas nuances por cada escola, de modo que a inovação se dê a partir de um processo no qual desde a alta gestão à docência, passando pela gerência e coordenação e também pelos discentes e suas famílias, estejam inteiramente integrados ao compromisso da inovação institucional contínua e sustentável.

Pelo que foi apresentado, vive-se num momento de singular inflexão e com profundas transformações em andamento. Por isso cada gestor, especialista, docente, discente e suas famílias se tornam

potenciais protagonistas e autores do novo paradigma que se tornará vigente, a partir de agora e para os próximos anos ou décadas, e aqui está a entrega de valor: foco nas pessoas, atenção aos profissionais da educação, cuidado com a inovação em cada escola, construção de uma renovada sociedade, mais madura, justa e ciente das decisões que precisa tomar pensando no médio e longo prazos.

Ao longo da História Humana, os momentos mais férteis foram precisamente aqueles mais desafiadores, por que nas crises reside o fator de transformação realizada pela criação humana, pelo conhecimento produzido e aplicado, enfim, pela inovação em todos os âmbitos da existência. Este é o momento em que a Educação 5.0 se apresenta como aliada desta grande e profunda mudança cultural, política e social pela qual passa o país, a nação e a sociedade em sua totalidade.

Cassiano Zeferino de Carvalho Neto é fundador do Instituto Galileo Galilei para a Educação (IGGE, 1997) sendo seu atual presidente. Cassiano tem dois pós-doutorados realizados no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), envolvendo Educação Digital e inovação na escola. É doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC), Mestre em Educação Científica e tecnológica (UFSC), com licenciaturas em Pedagogia e Física (PUCSP). Realiza palestras, cursos e dirige programas de inovação em escolas. É autor do modelo teórico-tecnológico da Educação 4.0 (realizado durante seu segundo pós-doutorado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA) e da Educação 5.0 (estudos realizados entre 2019 e 2021). Sua principal atividade atual é dirigir o Programa de Inovação na Escola Pública e Privada (ProGIE), realizado em Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, escolas privadas e em universidades.

Improbidade Administrativa:

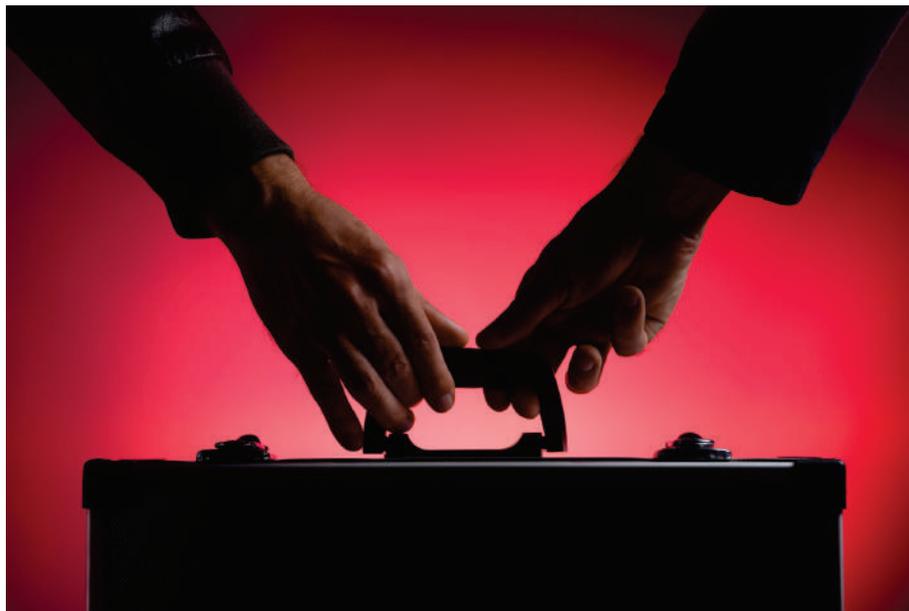
Uma necessária releitura à luz da razoabilidade e proporcionalidade

Na esteira do escândalo de corrupção que envolveu o Governo do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo então Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o Projeto de Lei nº 1.446, de 1991, de autoria do Poder Executivo, cuja aprovação fez surgir a Lei 8.429/92, a Lei de Improbidade Administrativa, em cuja mensagem consignou-se:

Sabendo Vossa Excelência que uma das maiores mazelas que, infelizmente, ainda atinge o País. é a prática desenfreada e impune de atos de corrupção, no trato com os dinheiros públicos, e que a sua repressão, para ser legítima, depende de procedimento legal adequado - o devido processo legal - impõe-se criar meios próprios à consecução daquele objetivo sem, no entanto, suprimir as garantias constitucionais pertinentes, caracterizadoras do estado de Direito.

A mensagem do então Ministro revela três importantes elementos da lei e do modelo de combate à corrupção no Brasil.

O primeiro é a constatação indelével de que a corrupção é uma das maiores mazelas de nosso País. A história política brasileira é permeada, em todo o tempo, por esse grave mal, não se encontrando, nas páginas em que se contam cada período de nossa vida política, ausência de capítulos em que se expressam episódios dessa “erva daninha”, corroendo nosso futuro e a justa distribuição da riqueza nacional. Alguns exemplos, que gostar-



íamos de referenciar, bem representam essa realidade.

Ao tempo da Monarquia, a corrupção era expressão maior da decadência moral do Brasil no Século XVII; no período da República Velha, são as palavras de Rui Barbosa que revelam a realidade daquele tempo; No último Governo de Getúlio Vargas, a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara dos Deputados para apurar as denúncias de uso do dinheiro público para criação do Jornal Última Hora traz relevantes elementos da condução errática desse Governo nos anos 1950; Durante o período de intervenção militar não foi diferente. A partir da redemocratização, acumularam-se denúncias e condenações (Anões do Orçamento, Mensalão, Petrolão etc).

O segundo, a necessidade de sempre aperfeiçoarmos os instru-

mentos de combate à corrupção, constituindo um processo contínuo de aprendizado e busca na adoção de medidas eficientes e eficazes.

E o terceiro, a necessidade, pelo bem da democracia, de que as garantias constitucionais sejam preservadas, o que impede o Estado de agir, por meio de seus Poderes e respectivos órgãos, de forma autoritária na aplicação das sanções previstas na lei de improbidade.

Diante deste cenário e analisando a aplicação da lei de improbidade no tempo, constatamos que sua boa intenção não resultou em um efetivo instrumento de enfrentamento aos corruptos. Contrariamente, é fato inquestionável que, desde seu nascedouro, este mal se aprofundou em nosso País.

É bem verdade que a Lei de Improbidade Administrativa per-



mitiu uma atuação mais ampla do Ministério Público e muitos casos de malversação de recursos públicos e de exercício abusivo do Poder foram devidamente punidos.

Todavia, esse resultado ocorreu em paralelo a uma aplicação irrestrita e incorreta da norma, de modo que diversas situações de fato, que nada tinham de ímprobo, resultaram em injustas condenações e indevido afastamento de cidadãos da vida política.

Não me deterei, aqui, em citar casos em que condenações abusivas se concretizaram perante o Judiciário brasileiro. O público alvo deste artigo, Prefeitos e Vereadores, têm em suas memórias mais de um exemplo em que essa realidade se impôs.

O que é preciso reconhecermos é que as respostas institucionais contra a corrupção sempre se deram mediante forte pressão pública, principalmente pela percepção de uma aguda penetração da malversação de recursos públicos nos mais diversos órgãos públicos, em todos os Poderes, o que impôs medidas, não poucas vezes, que não observaram a necessária razoabilidade e o respeito aos ditames constitucionais de garantias e direitos fundamentais.

No que tange a lei de improbidade administrativa, sua aprovação estabeleceu regras que, por sua abertura e generalidade, permitem a punição de agentes públicos em uma extensa plêiade de hipóteses que possibilita o enquadramento como ato ímprobo qualquer hipótese de irregularidade. É o que decorre, principalmente, da regra prevista no art. 11 da Lei 8.429, de 1992, que tipifica a mera violação a princípios da administração pública (moralidade, impessoalidade, ilegalidade, eficiência e publicidade).

Ora, sempre que no exercício do múnus público o agente pratica um ato ilegal, um ou mais princípios da administração restará violado.

Todavia, a mera ilegalidade não caracteriza improbidade administrativa, pois esta, a improbidade, se estabelece quando a ilegalidade se revela qualificada pela má-fé, pela desonestidade, pelo interesse de beneficiar a si próprio ou a outrem, em detrimento do interesse público ou do erário.

No direito, a presença dessa qualificadora da ilegalidade, que transforma o ato jurídico público ilegal em improbidade administrativa, é o elemento subjetivo, ou seja, o dolo e a culpa.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, rigorosamente seguida pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais de todo o País, diz que o dolo na improbidade administrativa é o genérico, diferenciando-o do dolo específico, de modo que se estabeleceu a possibilidade de condenação sempre que presente a vontade de realizar o ato que afronta os princípios da administração pública. Com isto, afastou-se a exigência do dolo específico, em que se exigiria, para a configuração da improbidade, o desejo de obtenção da vanta-

gem e o efetivo prejuízo à administração pública e ao erário.

Quanto a culpa grave, admitida apenas nas hipóteses do art. 10 da Lei 8.429, de 1992, é aferível diante do caso concreto, exigindo-se a demonstração de que o resultado ilícito decorreu de negligência ou imprudência severa. Ou seja, não é preciso qualquer nível de intenção da conduta desonesta.

Temos, portanto, um quadro em que o mero entendimento de que se violou um princípio da administração pública, deduzindo-se pelos fatos a consciência do agente público de que tal violação estava presente, já permite a condenação por improbidade e aplicação das severas sanções previstas em lei.

Aqui, o primeiro excesso na aplicação da lei. No afã de se punir a corrupção ou, o que é mais grave, no desejo de “punir agentes políticos”, como resposta à sociedade, muitos atos que se qualificam ilegais, mas que longe estão de terem sido praticados por má-fé ou malícia, acabam sendo admitidos como ímprobos, pois a interpretação meramente subjetiva, com previsão genérica de tipos de ato ímprobo, permite ampla punição. E, no cenário que evidenciamos no início deste artigo, muitos são os que





se levantam como paladinos da Justiça para perseguir detentores de mandato eletivo. É o que sofrem, diariamente, prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais em todo o País.

Com a condenação, sucede-se o segundo excesso. A Lei 8.429, de 1992 prevê, em seu artigo 12, as sanções pela prática do ato ímprobo, consistentes em devolução do prejuízo causado ao erário, multa, proibição de contratar com o Poder Público, proibição de obter crédito junto ao Poder Público e suspensão dos direitos políticos. Esta última, de gravidade ímpar, pois afasta o cidadão da vida política, inclusive não podendo votar. Como regra, encontrando-se raríssimas exceções, toda improbidade é punida com todas as sanções previstas, não se aplicando essas penas com a esperada parcimônia e proporcionalidade com a gravidade dos fatos, mesmo com a previsão, na própria Lei de Improbidade Administrativa, que as sanções devem ser aplicadas (art. 12, caput, e seu parágrafo único).

Um terceiro excesso assistimos mediante a concessão de bloqueio de bens de réus em ação de improbidade como regra, ainda que não evidenciado o risco de dilapidação de patrimônio.

Neste cenário, as consequências são graves para o País. Nesta oportunidade, por falta de espaço, mencionaremos apenas três delas.

A primeira é a punição que a família de agentes públicos sofre mediante o bloqueio de todos os seus bens. Esses bloqueios, que duram anos, impõem a todo o núcleo familiar restrições que comprometem o futuro de todos. E quando a ação é julgada improcedente, todas essas consequências já não são reparáveis.

A segunda é o desestímulo para muitas pessoas de bem, e preparadas para exercer funções públicas, que, diante dos riscos de condenações injustas, acabam optando por permanecer longe de cargos e mandatos.

E a terceira consequência se constitui no aumento da percepção de que o Brasil não entrega à sociedade a necessária segurança jurídica, tão cara para o desenvolvimento econômico e social do País.

Feitas estas considerações, já é tempo de se estabelecer mudanças na Lei de Improbidade Administrativa. Pensamos que a revogação do art. 11, que prevê como ato de improbidade, de forma genérica, a mera violação a princípios da administração pública, ao contrário do que propalado pela mídia nacional,

não representará um retrocesso, mas sim uma correção de rumos.

Ainda, é necessário a criação de elementos objetivos de gradação da pena, de modo a não permitir que infrações de menor envergadura continuem afastando cidadãos da vida política de nosso país, sem a menor razoabilidade.

No que tange a decretação da indisponibilidade de bens, somos da opinião de que se faz necessário inserir o risco de dilapidação de patrimônio como elemento obrigatória para a medida, bem como a aferição da existência de indícios sólidos de enriquecimento ilícito por parte do agente público. E, por óbvio, que essa indisponibilidade se limite à extensão desse mesmo enriquecimento.

Para finalizar, assentamos que nos Estados Unidos da América e nos principais países da Europa inexistem legislação de natureza civil que puna os agentes públicos por suas condutas, tal como a Lei de Improbidade Administrativa. Aliás, desconhecemos País que possua regra de igual severidade no âmbito civil.

Os exemplos dos países com maior tradição no combate à corrupção revelam que é precioso olhar com maior critério a responsabilização dos agentes públicos brasileiros por atos de improbidade administrativa, afinal, toda punição por parte do Estado que imponha sanções injustas, ao invés de beneficiar, contribui para fomentar a própria corrupção.

Flávio Henrique Costa Pereira é advogado, especialista em direito público e eleitoral.



A nova Lei Geral de Licitações: Uma fotografia

Sancionada em 1º de abril desse ano de 2021, a Nova Lei Geral de Licitações (LGL) – Lei Federal nº 14.133 – traz mudanças importantes e significativas em matéria de contratações públicas. A lei já está em vigor, embora algumas de suas disposições necessitem de regulamentação e algumas outras estipulam prazo para adaptações aos novos ditames e paradigmas.

Por imperativos de aderência da lei à Constituição e, assim, mantendo seus pilares de garantia de igualdade de condições, competitividade e busca pela contratação que melhor satisfaça o interesse público, a lei 14.133 inova e, em larga medida, aperfeiçoa os meios concretos para o atingimento desses eixos, além de inaugurar modificações procedimentais da maior relevância.

Num giro rápido pela extensa e complexa lei, elegemos vinte

temas, para mera menção:

1) incorporação de modos de disputa aberta, mista e fechada;

2) extinção da modalidade Convite e criação da modalidade Diálogo Competitivo;

3) encampação de processamento das licitações por meios eletrônicos, como regra preferencial;

4) criação das figuras do agente de contratação, comissão de contratação (com responsabilização pessoal de cada membro por suas manifestações e decisões) e equipe de apoio;

5) incorporação do dever-poder de saneamento de vícios no curso da licitação, sempre que possível

6) consolidação da então conhecida “inversão de fases”, de modo a se tornar a regra a fase de habilitação suceder a de julgamento de propostas;

7) amplíssimo estímulo à ino-

vação científica e tecnológica, bem como ao desenvolvimento nacional sustentável;

8) inspiração à implantação de programas de integridade na iniciativa privada;

9) ampla possibilidade de se adotarem meios alternativos para solução de controvérsias (mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem);

10) implantação de procedimentos estruturantes de governança pública, de controle interno e externo;

11) implantação de regime detalhado de participação de consórcios e de cooperativas nas licitações;

12) inserção e regulação do credenciamento como hipótese de inexigibilidade de licitação;

13) ampliação dos prazos de duração de alguns contratos (contratos com investimentos podem

chegar a 35 anos de vigência);

14) criação de hipóteses de licitação dispensável quando o objeto contratado envolver transferência de tecnologia;

15) conceituação de sobrepreço e superfaturamento;

16) inclusão, dentre os critérios de julgamento (antigos “tipos”), dos de maior desconto e maior retorno econômico;

17) aumento dos valores máximos para dispensa de licitação fundadas em contratações de pequeno valor;

18) incorporação da possibilidade de a Administração realizar análise de aceitabilidade de propostas por meio de apresentação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, dentre outros necessários a tal aferição;

19) incorporação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI);

20) possibilidade de o edital contemplar matriz de alocação de riscos.

Cada um dos exemplos acima mencionados configuram uma novidade e ainda há muitos outros a mencionar. Bem se vê que a nova LGL demandará acurada análise para sua compreensão e, evidentemente, ampla e permanente capacitação de agentes públicos, não apenas por sua já avistada complexidade, mas também em razão de que sua recenticidade não permita balizamentos decorrentes de orientações e precedentes dos órgãos de controle externo, especialmente dos Tribunais de Contas. A lei é nova para quem tem o dever de executá-la e para quem tem o dever de fiscalizar sua execução!

E como tudo tem um começo, é importante dedicar algumas linhas aos princípios e objetivos das licitações acrescidos expressamente pela Lei 14.133, já que deles des-

cem as normas de maior concretude, auxiliando e orientado na interpretação e aplicação da lei.

Nessa toada, passam a figurar como princípios orientadores das demais normas espalhadas em seus 180 artigos e mais 14 de disposições transitórias, e aqui, apenas a título exemplificativo¹, os do planejamento, eficácia, segregação de funções, estimula à inovação e desenvolvimento nacional sustentável.

Sobre planejamento, a nova lei dedicou um capítulo inteiro à fase preparatória, até hoje conhecida



como etapa interna da licitação, estabelecendo uma série de atos e providências no bojo do procedimento, tais como: análise de riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, realização de estudos técnicos preliminares, possibilidade – dentro de certas hipóteses – de adoção de orçamento sigiloso em moldes assemelhados aos constantes da lei que instituiu o regime diferenciado de contratações; dentre outros.

Além disso, a lei claramente orienta as Administrações Públicas a implantarem planos anuais de contratações, padronização de instrumentos convocatórios e, para Muni-

cípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, preconiza a associação em consórcios públicos para compras em grande escala.

Quanto ao incentivo à inovação, a Lei vem a viabilizar de muitas formas o papel do Estado como fomentador e financiador de atividades de pesquisa, ciência e inovação, nos termos preconizados pela Constituição da República após a EC 85/15 e pelo denominado Novo Marco Legal da Inovação (Lei nº 13.243/16 que promoveu alterações em diversas legislações, em especial, na Lei nº 10.973/04): passa a reconhecer a categoria de obrigação de meio – e não de obrigação de resultado – para essas atividades; estabelece margem de preferência nas licitações que pode chegar a 20% (vinte por cento); permite alteração do projeto-básico em contratações semi-integradas e estatui hipóteses de contratação direta. Nesse tema, vale a referência à recentíssima LC 182/21, conhecida como o Marco Legal das Startups que prevê diversas formas e meios de parcerias mútuas entre o Poder Público e a iniciativa privada, visando a estimular a inovação.

O desenvolvimento nacional sustentável, que também é desejado a ser promovido e estimulado pelo Estado, agora incorporado na nova LGL como um de seus objetivos não recebeu a mesma atenção do legislador, o que, de certo modo dificulta o atingimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)² previstos na Agenda 2030 da ONU. É bom lembrar que o TCE/SP tem feito recomendações nesse sentido, configurando um ponto a reclamar atenção e cuidado do gestor público.

Por fim, com relação à vigência da lei, vale salientar que a nova LGL já está em vigor. No entanto,



por ora e pelo prazo de 02 (dois) anos, os órgãos/entes licitadores poderão, por livre escolha, adotar os ditames da Leis Federais 8.666/93³, 10.520/02⁴ e artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462/11⁵, desde que a opção seja indicada expressamente no edital ou no aviso de contratação direta (dispensa e inexigibilidade).

No caso de a Administração Pública decidir pela utilização das normas das citadas leis, os contratos decorrentes também por elas serão regidos, ainda que seus prazos ultrapassem o prazo de dois anos. Ou seja, para tal hipótese, a nova LGL confere ultratividade dessas três leis, de modo que ainda conviveremos com dois regimes simultaneamente por alguns anos.

Por óbvio, pela incidência do princípio *tempus regit actum* (a lei vigente ao tempo em que se estabeleceu a relação jurídica é a que se aplica ao longo de sua duração, produzindo efeitos para além de sua vigência), os contratos já celebrados antes da vigência da Lei 14.133 também permanecem regidos pelas leis que orientaram seus respectivos processos.

Mesmo caracterizada pela discricionariedade, a adoção de um ou outro regime deve ser orientada, antes dos juízos de conveniência e oportunidade, pela análise da factibilidade de se valer da recém-chegada LGL, tanto em razão de seus termos que agregam e incorporam novas cargas à Administração, como pelo fato de que é vedada a mesclagem de regimes. Isto é, tendo o órgão/ente licitador decidido pelo velho regime, será esse o regente, tanto para o procedimento licitatório ou de contratação direta, como para os contratos, convênios e ajustes congêneres, incluindo eventuais aditivos, não se admitindo a aplicação combinada de lei

velha e lei nova.

E mais: considerando a necessidade de acurado planejamento, volume de investimentos, capacitação de servidores e disponibilidade orçamentária, a Lei 14.133 conferiu aos Municípios que somam até 20.000 (vinte mil) habitantes, o prazo de 06 (seis) anos, a contar de 01º/04/2021, para se adequarem e cumprirem os requisitos relativos à (i) designação de agentes públicos responsáveis pelas atividades relativas à execução dessa lei; (ii) adoção da forma eletrônica para suas licitações; e (iii) divulgação dos certames em sítio eletrônico.

No estado de São Paulo, cerca de 480 Municípios não têm população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes esse número corresponde a quase 75% do total. Em nível nacional, também é muito expressivo o número de unidades federativas autônomas com população não excedente a duas dezenas de milhar. Por certo, os imperativos da nova lei reclamam mais do que mera adequação, verdadeira estruturação operacional, tecnológica e de recursos humanos, o que, a seu turno, demanda tempo e dinheiro.

Por derradeiro, sim, é um diploma mais completo e mais complexo do que a legislação pretérita, o que amplia sobremaneira os desafios a serem superados pelos órgãos e entes licitadores. Este artigo abre uma série de novos que virão com temas específicos de licitações e contratos administrativos.

Notas:

1. Veja-se o disposto no art. 5º: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do

desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

2. São eles:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; / 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; / 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; / 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; / 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; / 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; / 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; / 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; / 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; / 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; / 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; / 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; / 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; / 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; / 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; / 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; / 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

3. A antiga e ainda vigente Lei Geral de Licitações.

4. Lei do Pregão.

5. Lei do Regime Diferenciado de Contratações.

Renata Fiori Puccetti é advogada-sócia em Biazzo Simon Advogados, mestra e especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP, professora de Direito Administrativo, Controle e Sistemas Anticorrupção na PUC/SP e vice-presidente da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB/SP.



Saneamento básico: uma série de providências que se impõem

Originalmente, a nova Lei de Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020) foi aprovada contendo um dispositivo segundo o qual os contratos de programa vigentes e as situações de fato de prestação dos serviços por empresa pública ou sociedade de economia mista (contratos sem assinatura ou com vigência expirada) poderiam ser reconhecidos como contratos de programa e formalizados ou renovados pelo prazo de até 30 anos.

Contudo, esse dispositivo foi vetado pelo Presidente da República sob vários argumentos, entre eles o de “descompasso com os objetivos do novo marco legal do saneamento básico, que orienta a celebração de contratos de concessão, mediante prévia licitação, estimulando a competitividade da prestação desses serviços com eficiência e eficácia, o que por sua vez contribui para melhores resultados”.

Esse e outros dispositivos voltaram para apreciação do Congresso Nacional que, no dia 17/03/2021 finalmente votou pela sua manutenção.

Quais são as consequências disso para os Municípios?

As consequências são distintas de acordo com a realidade local.

Nos Municípios que tenham contratos de programa ou contratos de concessão firmados regular-

mente e que estejam em vigor a situação será um pouco mais tranquila, pois esses contratos terão sua vigência mantida até o fim de seu prazo previsto contratualmente.

Tais contratos estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada objetivando a universaliza-



ção dos serviços.

No entanto, é preciso maior atenção nos Municípios em que a prestação dos serviços venha sendo realizada por sociedade de economia mista ou empresa pública por meio de contrato de programa irregular, ou seja, sem assinatura ou cuja vigência esteja expirada.

Esses contratos são considerados precários e irregulares.

Nesses casos, os Municípios deverão tomar as providências necessárias para regularizar essa situação, adequando-a às possibilidades sinalizadas pela Lei.

Quais são elas?

Os Municípios poderão (i) prestar os serviços direta ou indiretamente por meio de entidade integrante da sua estrutura administrativa; (ii) firmar contrato de concessão precedido de licitação; (iii) firmar consórcio público ou convênio de cooperação; (iv) aderir às formas de prestação regionalizada, trazidas pelo novo marco regulatório do saneamento básico.

Evidentemente, a escolha pela alternativa mais adequada dependerá da análise da realidade local, inclusive com o estudo da situação do saneamento básico a fim de que seja adotada a forma que melhor atenda ao interesse público.

Em que pese a existência de discussões, inclusive, judiciais, a respeito da lei, a medida está em vigor e veio em boa hora para alavancar o setor, que há muito necessitava de avanços. Contudo, é preciso atenção e cuidado com as tarefas que a Lei impõe aos gestores municipais. Fique de olho!

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM e do Infra Woman Brazil, autora dos livros “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e “A Administração Pública e o Terceiro Setor”, e coautora dos livros “O Marco regulatório do Terceiro Setor” e “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@conam.com.br).



Insegurança hídrica, uma grande preocupação brasileira

Confesso que gostaria de fazer meu artigo apenas com mensagens otimistas, mas não está dando.

Então vamos lá.

Eu tenho o privilégio de representar através da Associação Paulista de Municípios – APM, o Poder Público no Conselho de Consumidores da ENEL São Paulo, antes Eletropaulo. Isso acontece desde que os Conselhos foram criados e nessa atividade acabei me envolvendo com o assunto chegando a representar a região sudeste no ONS.

Felizmente depois de muitos esforços conseguimos fazer desse Conselho uma entidade harmônica, conseguindo o respeito da Distribuidora que vê e conta com o Conselho para trazer os pleitos

dos diversos segmentos representados, pois é formado por representantes, além do poder público da indústria, do comércio, do rural e do residencial.

Temos lutado muito tentando entender a complexidade do processo de geração de transmissão e de distribuição de energia elétrica, pois outros tipos de energia como a eólica, solar e outras poucas significam no cenário de consumo do nosso país. Temos lutado para que a ANEEL e os legisladores entendam a necessidade de se diminuir as assustadoras e pesadas taxas e impostos que pesam sobre todo o processo de produção, transmissão e distribuição e que no final o custo da energia elétrica vai ficando cada vez mais caro. Mas agora a preocupação aumenta com a nos-

sa insegurança hídrica, nos levando a crer que a grande falta de água que teremos a seguir, trará graves consequências com aumento do custo e racionamento.

São tantas as razões que nos levaram para essa situação como falta de planejamento para se evitar as queimadas, os danos nas nascentes pela falta de educação ambiental e principalmente pela falta de consciência da grande maioria da sociedade que não economiza e acha que a água “não acaba”.

Vamos torcer e rezar!

Dalva Christofolletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME- Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.



Por
**Marilene
Mariotoni**

Consumare

A Dra. Maria Inês Dolci, presidente da Consumare, entidade internacional de defesa do consumidor, comandou a live Espaços Institucionais de participação do Cidadão na Comunidade no Brasil, com Marilene Mariotoni, moderada por Graça Cabral, reunindo participantes de países como Brasil, Portugal, Timor Leste, Cabo Verde, Moçambique e Angola.

Vice-Prefeita

Érika Tank, vice-prefeita de Limeira, está mobilizando esforços para a implantação de uma FATEC, tendo reforçado pedido junto ao Secretário Marco Vinholi na live promovida pela APM - Desafios da Gestão Municipal em São Paulo, moderada pelo presidente Fred Guidoni, com participação do vice-governador Rodrigo Garcia, do secretário de saúde Jean Gorinchteyn, de prefeitas e de prefeitos.

Itirapina

A prefeita Profa. Maria da Graça Zucchi Moraes inaugurou a Sala do Empreendedor, parceria com o Sebrae São Carlos, em apoio especialmente às micro e pequenas empresas. As atuantes vereadoras Claudete de Oliveira, presidente da Câmara, presencialmente, e Bete do Broa, on-line, prestigiaram a importante conquista.

Lucimara Dias

Lamentou o falecimento do atuante Senador Major Olímpio, de Presidente Venceslau, município que muito ajudou. Tendo concluído exitoso mandato como vereadora no final de 2020, continua seu trabalho, realizando a recuperação da Estátua do Cristo Redentor que foi construído há cinco anos graças a seus esforços.

Dia Nacional da Mulher

Em 30 de abril, a AVESP realizou live moderada e organizada por Marilene Mariotoni, com a presença das diretoras e conselheiras, da vice-prefeita Érika Tank (Limeira), das vereadoras Leila Bedani (Itatiba), Sônia Beolchi (Ibirá), Ana Paula Rossi (Osasco), Sônia Módena (Mogi Mirim), Elisa Manoel e Adalgisa Américo (Taubaté), Rosa Filippo (Guaratinguetá), Ana Paula Borghi (Atibaia), Mirian Vanessa e Deise Olímpio (Araras) e Terezinha da Santa Casa (Limeira), da ex-prefeita e ex-vereadora de Vitória Brasil, Ana Lúcia Olhier Módulo, da ex-deputada Delegada Rose, da ex-vice-prefeita e ex-vereadora Maura Macieirinha (Santa Cruz do Rio Pardo), da ex-vereadora Gina Piniano (Atibaia), da ex-vereadora Adriana Ramalho (São Paulo) e da ex-vereadora e ex-vice-prefeita Laís Aloíse (Valinhos).

Mestra

A vereadora Ana Borghi, de Atibaia, faz referências elogiosas à sua incentivadora e professora Gina Piniano, atuante ex-vereadora e ex-coordenadora da Mulher do Município. Ana apresentou projeto de lei instituindo a Semana de Conscientização e Combate ao Abuso Infantil.

CORECON

Live muito bem organizada pela conselheira Profa. Nancy Gorgulho Braga, coordenadora da Comissão da Mulher Economista, do Conselho Regional de Economia, tratou do Papel da Mulher na Administração Pública e no Orçamento Público Municipal, com palestras de Marilene Mariotoni e do atuante conselheiro Prof. Dr. Odilon Guedes.

São João da Boa Vista

A prefeita Terezinha de Jesus Pedrosa publicou importantes leis aprovadas na Câmara que vedam a nomeação para cargos em comissão de condenados pela Lei Maria da Penha, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso, projetos de iniciativa do vereador Heldreiz Muniz.

Pindamonhangaba

Tendo concluído seu mandato como vereadora, muito atuante, Gislene Cardoso comanda o Programa Turismo em Ação na Vale Play TV.

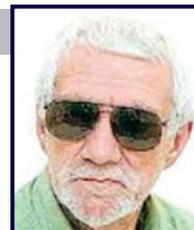
Leila Bedani

A destacada vereadora de Itatiba tem vários projetos e ações em defesa da Mulher: Semana de Combate à Violência Doméstica, Programa Tempo de Despertar e Dia de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra Mulheres, Notificação Compulsória da Violência e outros. Quer ampliação da Delegacia da Mulher, a Casa Abrigo e a ativação do Conselho da Mulher.

Janaína Lima

A vereadora de São Paulo, criadora da Frente Parlamentar contra a Fome, reunindo vereadores nessa ação, realizou economia de mais de R\$ 6 milhões desde o início de atuação e tem várias iniciativas com relação à pandemia.

Marilene Mariotoni é Conselheira da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariotoni@uol.com.br



Somente uma pequena praia

A prainha em frente ao meu casebre nesta ilha na foz do rio Amazonas tem no máximo 500 metros de comprimento por uns 100 de largura. A areia é bege clara, fofinha, porém, aqui e ali, topa-se com alguns seixos. Praias, vocês sabem, sempre pressupõem coisas que levam a encantamentos. Ninguém jamais pensa nelas apenas como a perspectiva de um lugar ao sol. As pessoas sinalizam que as areias à beira d'águas pavimentam estradas para alegrias, amores gratos, e, até, para a recuperação dos ingratos.

Fonte perene de inspiração as praias trafegam em colorida intimidade com a literatura. Assim de repente lembro que o escritor norte-americano Wallace Stevens (1879-1955) é autor de um poema a que chamou "The Ideia of Order at Key West". Célebre por rondar o mar e seu entorno numa das regiões mais interessantes dos Estados Unidos. Já do outro lado do Atlântico, em Portugal, Ramalho Ortigão (1836-1915) escreveu todo um tratado sobre as praias da sua terra. Ainda dentro do tema, há um conto de Robert Louis Stevenson (1850-1894) chamado "The Beach of Falesá", escrito pouco antes do autor morrer nas Ilhas dos Mares do Sul. Conta a história de um gringo, John Wiltshire, que vivia nos paraísos praianos do Pacífico comercializando copra. Lá ele conhece Case, também gringo, que o leva a ter relacionamento com uma bela mulher íntima das coisas do vodu, feitiçaria. Os decantados encantos do lugar acabam virando um cenário de horror: Sim, sim, eu falava da prainha

em frente ao meu tugúrio amazônico. Não é comum, mas de vez em quando coloco cadeirinha de lona sobre a areia e fico olhando ao redor, quem sabe a pensar nas coisas de que falo acima. Levo sempre um binóculo, daqueles que podem mostrar até as crateras da lua. Se pinta alguma coisa no horizonte no qual não se avista as terras do lado de lá, foco em cima. Em geral observo apenas pequenas embarcações que transitam entre as ilhas. Mas já vi também grandes navios de turismo ou iates que saem do Caribe em busca das praias de Alter do Chão, na foz do rio Tapajós, que o jornal londrino "The Guardian" elegeu como a mais bonita do mundo.

Na minha ação de voyer, ontem, aconteceu que, ao baixar o potente binóculo vi que, a curta distância do lugar em que me encontrava, as ondas depositaram sobre a areia uma garrafa. Está claro que ali tinha algo para nutrir a imaginação. Pois imediatamente me veio à cabeça que o objeto poderia, por exemplo, abrigar algo escrito. Quem sabe palavras redigidas por algum náufrago perdido a pedir socorro. De outro lado, a eventual mensagem quem sabe seria de alguém a cata de amor. Talvez bela dama solitária

que, passando num barco de turismo, ao largo, resolveu escrever para bonito destinatário que o destino plasmaria. Efetivamente, não pude deixar de considerar, também, que a tal garrafa abrigaria um gênio aprisionado. Que como todos os outros, uma vez libertado, me abriria a possibilidade de formular três desejos.

— Sabe? — murmurei para o céu azul — Se naquela garrafa estiver um gênio, pedirei a ele que traga já para cá a...

Ao invés de concluir o raciocínio, levantei e fui apanhar a garrafa. Decepção total: era apenas vasilhame que conteve bom vinho (vi pelo rótulo), atirado à baía por navegante ecologicamente incorreto. Porém, de todo modo, com a manhã já terminando pude lembrar algo que li há tempos, nem sei onde. Reflexão de um escritor chamado Leonardo Quintela, a nos garantir que "as únicas coisas imortais na memória deste país são as praias, as árvores, os generais e as prostitutas". Bom, as duas primeiras aqui tenho. As últimas ficam melhor nos livros. E garanto que dos milicos prescindiria tranquilamente...



HÁ 16 ANOS, A CAPE REALIZA OS CONGRESSOS DA APM. E FAZEMOS TUDO MAIS QUE SEU MUNICÍPIO PRECISAR

Nessa pandemia, a CAPE também esteve presente na luta pela vida: montamos hospitais de campanha, espaços para vacinação e estrutura de apoio para cuidar da população em todo o Estado. E somos responsáveis pelas coletivas diárias de imprensa do Governo de SP, informando a população sobre o combate ao coronavírus.

Ajudamos muitos Municípios a enfrentar a pandemia, para que logo voltemos a fazer o que mais gostamos: juntar pessoas nos maiores projetos e eventos do País.

Há 16 anos, temos orgulho de ser a empresa oficial dos Congressos da APM. E de realizar todos os tipos de eventos, para todos os públicos e orçamentos. Cuidando de tudo, do planejamento à produção, com toda a infraestrutura que a coloca entre as maiores do setor no País.

Você imagina, a CAPE Faz!

🌐 capeeventos.com.br

☎ (13) 3877-0034

📘 [capeeventosefeiras](https://www.facebook.com/capeeventosefeiras)

📷 [capeeventos](https://www.instagram.com/capeeventos)



PARA A SABESP,
A FÓRMULA DA ÁGUA É

HIDROGÊNIO, OXIGÊNIO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

Desde a sua fundação,
a Sabesp traz em seu DNA
a responsabilidade social.
Levando água e saneamento
a milhões de pessoas,
causando assim
um impacto positivo,
gerando benefícios sociais
e ambientais.
É assim que atendemos
a 60% da população do estado
de São Paulo, em 375 municípios.
É assim que nos tornamos
a 3ª maior empresa
de saneamento do mundo.